

CENTRO UNIVERSITÁRIO DO SUL DE MINAS

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GESTÃO E
DESENVOLVIMENTO REGIONAL**

MESTRADO EM GESTÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Beatriz de Souza Pereira

**Agricultoras familiares e cooperativas: um estudo sobre
as relações vividas no sul de Minas Gerais**

**Varginha, MG
2024**

Beatriz de Souza Pereira

Agricultoras familiares e cooperativas: um estudo sobre as relações vividas no sul de Minas Gerais.

Family farmers and Cooperatives: a study on the relationships experienced in the south of Minas Gerais

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Gestão e Desenvolvimento Regional do Centro Universitário do Sul de Minas, como requisito para obtenção do Título de Mestre em Gestão e Desenvolvimento Regional.

Área de Concentração: Gestão, formação e desenvolvimento

Linha Pesquisa: Gestão, Organizações e Políticas de Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Júnior

Coorientador(a): Prof(a). Dr(a). Mariana Aranha de Souza

Este exemplar corresponde à versão final da dissertação defendida pela aluna Beatriz de Souza Pereira e orientada pelo Prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Júnior e pela Profa. Dra. Mariana Aranha de Souza.

Assinatura do orientador

**Varginha, MG
2024**

Agências de fomento e números dos processos:

PEREIRA, Beatriz de Souza.

P436 Agricultoras familiares e cooperativas: um estudo sobre as
relações vividas no Sul de Minas Gerais. / Beatriz de Souza Pereira.
– 2024.

100 p. : il.

Orientador: Prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Júnior.

Coorientadora: Profa. Dra. Mariana Aranha de Souza.

Dissertação (mestrado) – Centro Universitário do Sul de Minas,
Programa de Pós-Graduação em Gestão e Desenvolvimento
Regional. Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, 2024.

1. Agricultoras familiares. 2. Cooperativismo. 3. Desenvolvimento
regional. 4. Empoderamento feminino. I. PORTUGAL JÚNIOR, Pedro
dos Santos, orient. II. SOUZA, Mariana Aranha, coorient. III. Centro
Universitário do Sul de Minas. VI. Título.

CDD: 305.4363

Beatriz de Souza Pereira

**Agricultoras familiares e cooperativas: um estudo sobre
as relações vividas no sul de Minas Gerais.**

Dissertação de Mestrado aprovada pela Banca Examinadora, constituída por:

Presidente: Prof. Dr. Pedro dos Santos Portugal Júnior – Orientador - UNIS-MG

Membro: Prof. Dra. Mariana Aranha de Souza – Coorientador(a) - UNIS-MG

Membro: Prof. Dr. Paulo Henrique Montagnana Vicente Leme - UFLA

Membro: Profa. Dra. Suzana Lopes Salgado Ribeiro - UNIS/MG

A Ata da defesa com as respectivas assinaturas dos membros encontra-se no processo de vida acadêmica do aluno.

Varginha, 08 de agosto de 2024

RESUMO

Esta pesquisa analisa a participação e a perspectiva das agricultoras familiares no contexto cooperativista no sul de Minas Gerais. Destaca-se o envolvimento dessas mulheres em seus empreendimentos rurais, abrangendo desde a produção até a gestão financeira. O estudo revisita a origem do modelo cooperativista até os dias atuais, considerando uma pesquisa e referenciais teóricos. Essa abordagem é fundamentada no fato de que as mulheres têm superado barreiras culturais e econômicas nesse mercado, integrando suas ações dentro de suas unidades produtivas e os diferentes modelos de gestão aplicados. O objetivo principal é identificar as motivações e entraves em aderir ao sistema cooperativista por parte das agricultoras familiares no Sul de Minas. Para essa análise, foi realizada uma pesquisa qualitativa, possibilitando uma compreensão mais profunda das razões por trás de suas escolhas, seus métodos de gestão, como a dificuldade no acesso a recursos financeiros específicos para elas, o papel dos homens e a estrutura patriarcal que influencia suas escolhas e a ausência de informações sobre políticas públicas voltadas para a agricultura familiar. Além disso, ficou evidente a questão da sucessão familiar nos negócios e a falta de união entre as agricultoras para tomar decisões importantes. A pesquisa forneceu uma visão detalhada do cenário das agricultoras familiares cooperadas pesquisadas, mas também destaca a necessidade de mais suporte, informação e inclusão para essas mulheres no sistema cooperativista e na gestão de suas propriedades rurais.

PALAVRAS-CHAVE: Agricultoras Familiares, Cooperativismo, Desenvolvimento regional, Empoderamento feminino.

ABSTRACT

This research analyzes the participation and perspective of family farmers in the cooperative context in the south of Minas Gerais. The involvement of these women in their rural enterprises stands out, ranging from production to financial management. The study revisits the origins of the cooperative model to the present day, considering research and theoretical references. This approach is women have overcome cultural and economic barriers in this market, integrating their actions within their production units and the different management models applied. The main objective is to identify the motivations and obstacles in joining the cooperative system on the part of family farmers in the South of Minas. For this analysis, qualitative research was carried out, enabling a deeper understanding of the reasons behind their choices, their management methods, such as the difficulty in accessing specific financial resources for them, the role of men and the patriarchal structure that influences their choices and the lack of information on public policies aimed at family farming. Furthermore, the issue of family succession in business and the lack of unity among women farmers to make important decisions became evident. The research provided a detailed view of the scenario of the cooperative family farmers surveyed, but also highlights the need for more support, information and inclusion for these women in the cooperative system and in the management of their rural properties.

KEYWORDS: Female family farmers, Cooperativism, Regional development, Women's empowerment.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 – Cooperativismo no Brasil empregados.....	22
Figura 2 – Quadro de módulos fiscais no Brasil.....	29

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dados dos municípios das agricultoras familiares pesquisadas	15
Quadro 2 – Projeção de exportação de produtos agrícolas brasileiros.....	17
Quadro 3 – Estado da arte	19
Quadro 4 – Valor de Contratos por Região e por Safra de Pronaf no Brasil (R\$ nominal)	28
Quadro 5 – Número de Agricultores Familiares e percentuais de participação no total – Minas Gerais e Mesorregiões Geográficas, 2013	31
Quadro 6 – Caracterização da amostra	42
Quadro 7 – Tamanho da Propriedade	45
Quadro 8 – Número de Filhos	48
Quadro 9 – Tempo de Cooperada	49

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Estado Civil.....	43
Gráfico 2 – Status da Propriedade.....	44
Gráfico 3 – Agricultores que possuem Pronafs.....	46
Gráfico 4 – Escolaridade das entrevistadas.....	50

LISTA DE ABREVIACES E SIGLAS

CONAB	-	Companhia Nacional de Abastecimento
EMATER	-	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
EMBRAPA	-	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
DIEESE		Departamento Intersindical Estatística e Estudos Socioeconômicos
IBGE	-	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
OCB	-	Organizao das Cooperativas Brasileiras
OCEMG	-	Organizao das Cooperativas do Estado de Minas Gerais
ONU		Organizao da Nações Unidas
PRONAF	-	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
SCIELO	-	Scientific Electronic Library Online
SEBRAE	-	Serviço Brasileiro de Apoio s Micros e Pequenas Empresas
SESCON	-	Sindicato das Empresas de Consultoria, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas no Estado de Minas Gerais

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Problema.....	12
1.2 Objetivos.....	13
1.2.1 Objetivo Geral.....	13
1.2.2 Objetivos Específicos.....	13
1.3 Delimitação do Estudo.....	13
1.4 Relevância do Estudo / Justificativa.....	15
1.5 Organização do Trabalho.....	18
2 REVISÃO DE LITERATURA.....	19
2.1 Cooperativismo e Associativismo	20
2.2 A questão do gênero Feminino	23
2.2 Agricultura Familiar.....	26
2.3 Modelos de Gestão da agricultura familiar.....	31
3 METODOLOGIA.....	36
3.1 Delineamento da pesquisa.....	36
3.2 Tipo de Pesquisa.....	36
3.3 População e amostra.....	37
3.4 Instrumentos de pesquisa.....	38
3.5 Procedimentos para Coleta de Dados.....	38
3.6 Procedimentos para Análise de Dados.....	39
4 RESULTADOS E ANÁLISES	41
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS.....	58
APÊNDICE A – Roteiro para Entrevista.....	64
APÊNDICE B – Entrevistas.....	66
ANEXO A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.....	94
ANEXO B – Parecer Consubstanciado do CEP.....	94

1 INTRODUÇÃO

Esta dissertação analisou o ramo agropecuário de cooperativas de café com agricultoras familiares em seu quadro social. O estudo de caso foi fundamentado em pesquisas qualitativas e referências teóricas relevantes, validando o tema.

As cooperativas agrícolas existem no Brasil desde meados do século XIX. Ao longo do tempo, com o processo de globalização, é notório o crescimento do número de cooperativas em todo o país. O princípio desse tipo de organização é associar pessoas, democraticamente, com o objetivo de atender as necessidades econômicas. Assim, a cooperativa é um empreendimento econômico que procura produzir um bem ou serviço com um determinado nível de eficiência econômica. Em essência, a cooperativa tem o objetivo social de integrar pessoas buscando uma vida melhor (Abrantes, 2004).

Ressalta-se que desde a antiguidade, na Babilônia já existia a prática de arrendar terra para uso de grupos de pessoas, do qual os alimentos plantados eram divididos por todos. Os registros sobre a primeira cooperativa, conforme a conhecemos hoje, remonta ao período da Revolução Industrial, em 1844, na cidade de Rochdale-Manchester, interior da Inglaterra. Durante essa transição na Europa, muitos artesãos foram substituídos por máquinas. Nesse contexto, os trabalhadores eram explorados e submetidos a condições deploráveis, o que levou alguns a se rebelarem contra o sistema. Um grupo de 28 tecelões (27 homens e 01 mulher) se reuniram e estabeleceram a primeira cooperativa do mundo. Eles criaram seu próprio armazém, comprando alimentos em grandes quantidades para obter melhores preços. Os lucros eram distribuídos igualmente entre todos os cooperados. Doze anos após sua criação, a cooperativa contava com 3.450 participantes (Organização das Cooperativas Brasileiras - OCB, 2022).

No Brasil, o cooperativismo teve seu início oficial com o ramo agropecuário através da Cooperativa Econômica dos Funcionários Públicos de Ouro Preto, em Minas Gerais, no ano de 1889. No Rio Grande do Sul, a primeira cooperativa surgiu em 1902, fundada pelo Padre suíço Theodor Amstad, nomeado Sicredi Pioneira, na cidade de Nova Petrópolis. A motivação para sua criação foi a ausência de instituições bancárias no município. Essa cooperativa, pioneira no segmento de crédito no Brasil, perdura até os dias atuais. Após seu estabelecimento, outras cooperativas surgiram em diferentes estados do país, como Pernambuco, Rio de Janeiro, São Paulo e Rio Grande do Sul. Em 2 de dezembro de 1969, o cooperativismo conquistou sua

própria entidade representativa, a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2022), registrada no ano seguinte como sociedade civil sem fins lucrativos, com neutralidade política e religiosa.

Posteriormente, em dois anos, foi promulgada a Lei 5.764/71, estabelecendo um regime jurídico específico para a criação de cooperativas e delineando o papel representativo da OCB. Contudo, essa legislação também continha alguns aspectos que, em parte, limitavam a autonomia dos associados. Contudo, essa restrição foi superada com a promulgação da Constituição de 1988 (Brasil, 1988), a qual proibiu a intervenção do Estado nas associações, efetivando assim a autogestão do cooperativismo (OCB, 2022).

O cooperativismo é um movimento global atuante em 150 países, que tem por objetivo buscar novas oportunidades a seus cooperados e apoiar o desenvolvimento de suas comunidades (OCB, 2022). Do ponto de vista sociológico podemos dizer que a “cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal para alcançar o mesmo objetivo” (Pinho, 1966, p. 08).

Nesse sentido, as agricultoras familiares optam por atuarem em cooperativas levando em conta que dessa maneira conseguirão melhores resultados. O interesse da pesquisadora pelo tema abordado nesse estudo, se deve à sua experiência de quase 20 anos atuando na comercialização de cafés dentro de uma cooperativa de maioria familiar e 5 anos de vivência como trabalhadora rural. Atuando como gestora de cooperativas, ela estabelece contato direto com mulheres cooperadas e, como mulher, desenvolveu um olhar específico para a questão proposta neste trabalho. Além disso, a pesquisadora pôde acompanhar de perto as mudanças e o crescimento dessas mulheres dentro do ambiente cooperativista.

1.1 Problema

Atualmente, o movimento cooperativista tem sido amplamente divulgado nas regiões de grandes produções e visibilidade. Cada cooperativa tem seus pilares embasados nos conceitos cooperativistas, mas com algumas particularidades no âmbito de seu portfólio como por exemplo certificações, cafés de mulheres, cafés especiais, ferramentas tecnológicas, softwares de controles e muitas informações sobre mercado (Serviço Brasileiro de Apoio às Micros e Pequenas Empresas - SEBRAE, 2022).

Esses fatores são importantes para que as agricultoras familiares possam acessar de maneira rápida as tendências de mercado, a comercialização e suas tomadas de decisão dentro das propriedades. Uma questão que motivou esse estudo é justamente entender como é realizada

estas escolhas por parte das agricultoras familiares para se filiarem às cooperativistas. Sendo assim, destaca-se como problema de pesquisa: que fatores influenciam uma agricultora familiar a aderir ao cooperativismo?

1.2 Objetivos

1.2.1 Objetivo Geral

O objetivo principal é identificar as motivações e entraves que as agricultoras familiares de uma cidade do Sul de Minas Gerais tem em aderir ao sistema cooperativista.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Compreender os motivos e entraves enfrentados por essas agricultoras familiares para se filiarem a uma cooperativa;
- Avaliar o acesso a recursos financeiros e às políticas públicas voltados às agricultoras familiares;
- Analisar como as cooperativas lidam com as mulheres agricultoras;
- Verificar quais são as perspectivas das agricultoras quando se filiam a uma cooperativa.

1.3 Delimitação do Estudo

As cooperativas desempenham um papel crucial tanto nas áreas urbanas quanto nas rurais, abrangendo diversos setores como finanças, agronegócio, saúde, educação, energia, turismo, mineração, transporte, habitação e consumo. Seu propósito é impulsionar o desenvolvimento em todas as regiões do Brasil (OCB, 2021). O país conta com 4.868 cooperativas espalhadas por todos os estados, atuando em sete diferentes ramos do cooperativismo. Essas cooperativas oferecem produtos e serviços de alta qualidade sob a marca "coop".

Em Minas Gerais, são 176,4 mil cooperados, organizados em 197 cooperativas do agronegócio. Para atender a esse contingente, mais de 18 mil trabalhadores são empregados diretamente por elas. O ramo agropecuário registrou em 2021 uma movimentação econômica de R\$ 36 bilhões, apresentando um aumento de 34,1% em relação ao ano de 2020, sendo responsável 38,5% de toda a movimentação econômica do cooperativismo mineiro. O setor foi responsável por 11% do PIB estadual e, em tributos, recolheu aos cofres públicos R\$ 2,1 bilhões. Nos últimos cinco anos, o cooperativismo mineiro dobrou seus ativos totais e cresceu

102,5%, saltando de R\$ 44,7 bilhões para R\$ 90,6 bilhões (Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais - OCEMG, 2021). Embora o número de cooperativas singulares tenha diminuído em relação a 2019, de 5.314 para 4.868, essa redução reflete um movimento no mercado para aumentar eficiência e escala, reduzindo custos por meio de fusões e incorporações (OCB, 2021). No sul de Minas Gerais, um dos principais produtos que movimentam as cooperativas, é o café, que movimentou R\$ 26,9 bilhões conforme descrição abaixo:

No que se refere ao Sul de Minas e seu principal produto agrícola, a região movimentou R\$26,9 bilhões e respondeu por 56,8% do café produzido em Minas Gerais, e por 31,2% do café produzido no país, conforme dados do anuário da Organização das Cooperativas do Estado de Minas Gerais. (OCEMG, 2021, p. 09).

O produto que se destaca na citada região tem a sua comercialização realizada, na maioria das vezes, através de cooperativas de cafeicultores que exportam seus grãos para diversos lugares do mundo conforme indicado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB, 2017).

Minas Gerais detém a posição de liderança na região Sudeste em termos do maior contingente de estabelecimentos voltados para a agricultura familiar, classificando-se como o segundo estado do país nesse aspecto. Adicionalmente, aproximadamente 87% das propriedades pertencentes a esse segmento possuem uma extensão inferior a 50 hectares. Segundo dados da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (EMATER, 2021), esse setor contribui com 25% do Valor Bruto da Produção Agropecuária do estado.

A importância da Agricultura Familiar para a economia brasileira merece destaque. Após a aprovação da Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006 (Brasil, 2006), foi realizado o Censo Agropecuário de 2006 (ocorrido em 2007) que destacou a participação desse segmento na produção dos alimentos básicos da população brasileira. Em 2017, o Censo Agro apontou que 77% dos estabelecimentos agropecuários são considerados como Agricultura Familiar e esse setor emprega mais de 10 milhões de pessoas, o que representa 67% dos indivíduos ocupados no meio rural (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE, 2017).

Os cafés produzidos pela agricultura familiar dos cooperados envolvidos na presente pesquisa são oriundos dos municípios de Santana da Vargem, Três Pontas, Boa Esperança, Coqueiral, Varginha, Paraguaçu e Illicínea – todos localizados no Sul de Minas Gerais. O quadro 1 apresenta alguns dados dos municípios que foram foco da pesquisa.

Quadro 1 - Dados dos municípios das agricultoras familiares pesquisadas

Cidade	Area KM²	População	Densidade demografica	Renda Per capita	IDH/2010
Santana da Vargem	172.444	7.047	41,93 Hab/km ²	17.858,65	0,698
Três Pontas	689.794	57.127	78,08hab/km ²	22.235,80	0,731
Boa Esperança	860.669	40.308	44,75 hab/km ²	19.257,47	0,704
Coqueiral	296.163	9.099	31, 36 hab/km ²	16.955,61	0,694
Varginha	395.396	137.608	311,29 hab/km ²	46.457,40	0,778
Illicinea	376.341	12.511	30.53 hab/km ²	13.739,90	0,68
Paraguaçu	424.296	21.693	47,71 hab/Km ²	23.698,69	0,715
	3.215.103	285.393			

Fonte: IBGE (2017).

Como destacado no quadro 1, os municípios onde se encontram as agricultoras familiares que foram pesquisadas possuem características bastante diferenciadas, o que pode ser uma realidade importante para o estudo, tendo em vista que será verificado se o porte do município influencia os resultados.

1.4 Relevância do Estudo / Justificativa

A pesquisa visa esclarecer os pontos relevantes na escolha de uma cooperativa por parte de agricultoras familiares e trazer uma reflexão sobre a importância de uma parceria bem assertiva, que auxilie na tomada de decisão, no momento da comercialização e na sustentabilidade de seus negócios.

A hipótese é que através da participação em uma cooperativa, as agricultoras familiares tenham acesso à informação, ferramentas de gestão e acompanhamentos especializados que orientam e proporcionam clareza em seus resultados. Os desafios se relacionam com o preço justo a ser comercializado pelos seus produtos, os custos oriundos de sua produção, bem como lidar com um mercado volátil, com intempéries climáticas severas, a fim de proteger sua renda e a dar continuidade de seus negócios.

O setor agropecuário é crucial para a economia brasileira e global, ainda que seja menor em relação à indústria. Sua relevância está na sua capacidade de impulsionar o desenvolvimento econômico e garantir a segurança alimentar. Este setor está diretamente conectado à indústria e aos serviços por utilizar insumos produtivos no desenvolvimento de suas atividades, como também, pelo fato de produzir parte da matéria-prima necessária para outros setores. Apesar de imprescindível, seu grau de importância não tem oferecido ao setor primário garantias de recurso, subsídios ou preços justos para os produtos agropecuários. Maior valorização e preços

adequados garantiriam a condução dos negócios de forma tranquila e despreocupada (Flores; Reis; Antunes, 2006).

Segundo Callado (2006), o agronegócio é um conjunto de atividades que envolve diversos processos como as operações de produção, comercialização e distribuição das matérias-primas, insumos, produtos e serviços agropecuários.

Diante deste conceito, surgem teorias relacionadas às suas definições, dentre as quais a do Agrobusiness, desenvolvida em 1957 por pesquisadores da Universidade de Harvard, que o definem como sendo: "a soma das operações de produção e distribuição de suprimentos agrícolas, das operações de produção nas unidades agrícolas, do armazenamento, processamento e distribuição dos produtos agrícolas a partir deles" (Batalha, 2001, p. 27).

O Brasil tem sua importância no agronegócio mundial, desde o seu descobrimento em 1500, ele vem se desenvolvendo e se organizando de maneira tecnológica diante de desafios como no manejo e nas políticas públicas. Diversos aspectos de demanda são abrangentes e estão associados a praticamente todas as megatendências identificadas neste estudo. Ao longo da história, tem-se observado que os principais impulsionadores da produção agrícola incluem o crescimento populacional, o aumento da renda e a dinâmica dos preços, tanto em âmbito nacional quanto internacional (Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, 2018).

No âmbito do panorama demográfico, as projeções apontam para um crescimento populacional global, alcançando 8,5 bilhões de habitantes até 2030, representando um aumento de 16% em relação a 2016. No contexto brasileiro, a estimativa é de atingir 230 milhões de habitantes nos próximos 12 anos. A Ásia, com cerca de 5 bilhões de pessoas, abrigará aproximadamente 58% da população mundial. Prevê-se que até 2023, a Índia supere a China em termos de população, tornando-se o país mais populoso do mundo (EMBRAPA, 2018). Ademais, as décadas futuras sinalizam mudanças significativas na distribuição geográfica da população global acarretando implicações cruciais no consumo de alimentos, água e energia, com impactos consideráveis no agronegócio e na produção agrícola (EMBRAPA, 2018).

As perspectivas globais e nacionais indicam um cenário favorável para a expansão da produção agrícola no Brasil. Estima-se que até 2027, o país alcance uma produção superior a 290 milhões de toneladas de grãos, além de ultrapassar a marca de 34 milhões de toneladas de carnes bovina, suína e de frango (EMBRAPA, 2018). O quadro 2 apresenta a projeção de exportação de produtos agrícolas brasileiros.

Quadro 2 - Projeção de exportação de produtos agrícolas brasileiros

Produto	2016/17	2026/27	Variação (%)
Algodão pluma (mil t)	630	1.118	77,5
Milho (mil t)	25.500	35.130	37,8
Soja- grão (mil t)	63.000	84.111	33,5
Soja- farelo (mil t)	15.900	17.240	8,4
Soja- óleo (mil t)	1.550	1.557	0,5
Carne de frango (mil t)	4.280	5.890	37,6
Carne bovina (mil t)	1.800	2.429	34,9
Carne suína (mil t)	900	1.277	41,9
Café (mil t)	2.100	2.760	31,4
Açúcar (mil t)	28.933	39.466	36,4
Suco de laranja (mil t)	2.315	2.769	19,6
Leite (milhões L)	245	337	37,6
Papel (mil t)	2.172	2.380	9,6
Celulose (mil t)	13.858	19.170	38,3

Fonte: EMBRAPA (2018).

O quadro 2 ilustra as expectativas de crescimento na produção e exportação de diferentes produtos agrícolas do Brasil ao longo de um intervalo de 10 anos. Ele revela um aumento significativo em diversas áreas, como soja, milho, carnes (frango, bovina e suína), café, açúcar, suco de laranja, leite, papel e celulose. Os números refletem um potencial considerável de crescimento na produção desses itens, com projeções que ultrapassam os 30% em muitos casos. Esse aumento expressivo nas exportações desses produtos indica uma possível oportunidade do Brasil em atender à demanda global por alimentos, matérias-primas e commodities agrícolas. Esse cenário favorável de expansão na produção agrícola e exportação pode ser ampliado por meio de avanços tecnológicos, investimentos em pesquisa, aprimoramento de técnicas de cultivo e o aproveitamento das condições naturais favoráveis do país para o agronegócio. Porém, é importante considerar que o crescimento da produção e exportação deve ser acompanhado de práticas sustentáveis para garantir a preservação dos recursos naturais e o equilíbrio ambiental a longo prazo, além de políticas que promovam a distribuição justa dos benefícios gerados pelo setor agrícola, especialmente aos pequenos agricultores e agricultoras.

De acordo com as metas estabelecidas na agenda da Organização das Nações Unidas (ONU, 2015) para 2030, um dos objetivos refere-se à agricultura sustentável, explicitado no Objetivo 2.3. Esse objetivo visa dobrar a produtividade agrícola e a renda dos pequenos produtores de alimentos, com um foco especial em mulheres, povos indígenas, agricultores familiares, pastores e pescadores. Isso inclui o acesso equitativo e seguro à terra, bem como a outros recursos produtivos, insumos, conhecimento, serviços financeiros, mercados, além de oportunidades para agregar valor e promover empregos não agrícolas (ONU, 2015).

Nesse sentido, reveste-se de importância a compreensão sobre a influência das cooperativas de diferentes portes na gestão das propriedades e negócios das agricultoras familiares, no sentido de compreender como essa ação das cooperativas influencia na escolha dessa agricultora e na sua forma de gestão.

1.5 Organização da dissertação

Esta dissertação está organizada da seguinte forma: Introdução, Revisão de Literatura, Metodologia, Resultados e Divulgação, Cronograma, Orçamento, Referências, Apêndices e Anexos. A Introdução subdivide-se em seis subseções: Delineamento da pesquisa, Problema, Objetivos Geral e Específicos, Delimitação do Estudo, Relevância do Estudo/Justificativa e Organização do Trabalho.

A Revisão de Literatura apresenta um panorama das pesquisas recentes sobre os conceitos Agricultoras familiares associada a cooperativas e ferramentas de gestão nas unidades produtoras. Esse tópico é dividido nos seguintes itens: Cooperativismo e Associativismo; A questão do gênero Feminino; Agricultura Familiar; e Modelos de Gestão da agricultura familiar.

A metodologia descreve os métodos empregados para a obtenção de dados, que inclui entrevistas com as agricultoras familiares pertencentes aos quadros de cooperativas de pequeno e grande porte. E por fim, está apresentado as análises de documentos com a demonstração dos resultados obtidos. O cronograma se baseia primeiro na pesquisa sobre o tema, seleção dos autores, fundamentação, desenvolvimento do questionário, aplicação, tratamento dos dados coletados, avaliação de resultados e conclusão da pesquisa, apresentação e defesa da pesquisa.

2 REVISÃO DA LITERATURA

A dissertação em seu embasamento teórico traz uma análise bibliográfica, a qual tem como objetivo apresentar as principais ideias, conceitos e definições dos diversos termos relacionados ao estudo, como cooperativas, agricultoras familiares e gestão, especialmente financeira, de unidades produtoras agrícolas.

A busca de literatura foi realizada utilizando os descritores: Cooperativismo, Agricultoras Familiares e Gestão, através de pesquisas na base de dados do Scielo - *Scientific Electronic Library Online*. Na busca foram incluídos artigos sem limite de data de publicação e artigos publicados na língua portuguesa. Após aplicação dos critérios de inclusão, foram encontrados 146 artigos, destes, 3 artigos foram excluídos por serem repetido, restando 143 para análise. Os demais artigos foram lidos e realizados análise de conteúdo de acordo com a proximidade do tema, com o intuito de caracterizar o estado da arte, conforme descrito no quadro 3.

Quadro 3 - Estado da Arte

DESCRIPTOR/TÍTULO	RESULTADO
Agricultura Familiar e Cooperativismo	119
Cooperativismo e Associativismo	19
Cooperativismo e Gestão	5
TOTAL	143

Fonte: Adaptado pela autora SCIELO (2022).

Após identificar os estudos relacionados ao tema da pesquisa, especialmente voltados para a agricultura familiar, procedeu-se uma análise para selecionar as publicações mais relevantes. O objetivo foi delimitar e escolher os trabalhos mais pertinentes para compor as bases teóricas e fundamentar este estudo.

Uma série de autores e fontes foram explorados para compor a revisão de literatura, selecionando um grupo de 9 publicações relevantes para este estudo. Os principais autores incluídos neste recorte foram: Abrantes (2004), Christoffoli (2019), Pinho (1966), Flores, Reis e Antunes (2006), Callado (2006), Batalha (2001), Silva et al. (2003), Chayanov (2017), Lima e Wilkinson (2002) e Souza Filho et al. (2012). Além disso, utilizou-se algumas fontes

secundárias como IBGE (2017), ONU (2015), EMBRAPA (2018), SEBRAE (2002), OCB (2022), CONAB (2017), EMATER (2021), OCEMG (2021) e a Lei 5.764/71 para embasar e enriquecer a análise.

2.1 Cooperativismo e Associativismo

A pesquisa busca conhecer e analisar as ferramentas disponibilizadas através de cooperativas na gestão da propriedade rural e como estas se relacionam com as características de agricultoras familiares levando em conta os modelos de negócios de cada unidade produtora, pois a parceria com as cooperativas é um caminho para vencer os desafios e manter a sustentabilidade e continuidade de seus empreendimentos. Dessa forma, é importante a abordagem sobre o cooperativismo e o associativismo.

A colaboração entre indivíduos, visível em iniciativas como mutirões, ajuntamentos e caixas rurais, foi esboçada e experimentada por pequenos lavradores, colonos e posseiros ao longo da história social do Brasil (Christoffoli, 2019). Apesar da crescente disseminação de modelos cooperativos na agricultura, a adesão ainda é relativamente baixa em comparação com outras formas de organização rural, como sindicatos e associações. Em 2017, apenas 11,4% dos responsáveis por estabelecimentos agropecuários no Brasil estavam associados a cooperativas (IBGE, 2019).

O agribusiness é uma parcela importante da economia brasileira, contribuindo significativamente para a produção nacional, empregando cerca de 40% da força de trabalho e respondendo por aproximadamente 40% das exportações (Gasques et al., 2004). Este setor apresenta vantagens competitivas e comparativas, sendo crucial para a integração do país à economia global.

O conceito de cooperativismo foi introduzido por Chayanov (2017) como uma alternativa à controvérsia entre a crescente influência capitalista através da contratação de trabalhadores rurais e a implementação de estruturas de produção agrícola em larga escala. Essa discussão ganhou destaque nos diálogos sobre a transição para o socialismo após a Revolução Russa de 1917. O autor caminha e destaca a importância de estar em cooperativas, os seus benefícios para suas unidades produtoras com conhecimento e melhor controle desde sua produção, processamento e comercialização formando um elo com o seu cooperado.

Segundo Abramovay (1998, p. 73), esse posicionamento de Chayanov, de valorização da cooperação combinada com o trabalho familiar, poderia “compatibilizar o progresso técnico com o aproveitamento da energia e da iniciativa social que repousa nos indivíduos e nas

famílias?”. Para isso, é necessário que as cooperativas sejam administradas diretamente pelos agricultores (baseadas no princípio da autogestão), oferecendo-lhes a capacidade de resolver questões relacionadas à estruturação da produção agrícola.

Isso implica o estabelecimento de instalações para armazenamento, processamento, distribuição e venda dos produtos, além do fornecimento de materiais e do desenvolvimento de estratégias conjuntas para comercialização “o camponês possa receber o preço mais alto possível pela produção resultante de seu trabalho e comprar pelos preços mais baixos possíveis e com boa qualidade os produtos que necessitar” (Chayanov, 2017, p. 155).

As primeiras incursões em cooperativas agrícolas foram feitas por colonos e lavradores no início do século XX, influenciados pela imigração europeia, especialmente nas regiões Sul e Sudeste. A partir de 1960, o Estado brasileiro impulsionou o cooperativismo agrícola como uma ferramenta para a modernização agrícola, resultando no surgimento de grandes cooperativas no setor agropecuário empresarial (Loureiro, 1981; Rech, 2000; Christoffoli, 2019). Christoffoli (2019), baseando-se em autores como Bonus (1986), Sexton (1986), Staatz (1987), Hansmann (1988, 1996), Sexton e Iskow (1988), Bialoskorski e Neto (2000) e Valentinov (2007), explica que a literatura sobre economia organizacional justifica a existência das cooperativas agropecuárias pela sua capacidade de: a) alcançar economias de escala; b) acessar novos mercados, inclusive internacionais; c) reduzir custos via integração vertical; d) diminuir riscos por meio de ações conjuntas; e) facilitar o acesso dos cooperados a tecnologias e insumos por meio de assistência técnica; f) fortalecer o poder de barganha por preços melhores.

As primeiras cooperativas de crédito rural no modelo Raiffeisen surgiram a partir de 1902, em Nova Petrópolis (RS), seguidas, em 1907, pelas primeiras cooperativas agropecuárias em Minas Gerais. Essas cooperativas, na primeira metade do século XX, lideraram em volume de negócios e foram cruciais para disseminar o ideal cooperativista no país (Silva et al., 2003). Pinho (1996) e Presno (2001) afirmam que o governo incentivou as cooperativas como instrumentos importantes para implementar políticas públicas no setor agrícola (assistência técnica, acesso ao mercado, entre outras) desde os anos 1930. Porém, mesmo que essas políticas promoviam a criação de cooperativas, elas nem sempre eram previamente analisada, o que gerava esforço sem resultados.

O cooperativismo como modelo de organização econômica e social tem desempenhado um papel fundamental no contexto brasileiro, marcando presença em diversos setores. A Figura 1 oferece um panorama dos diferentes ramos do cooperativismo no Brasil, evidenciando sua abrangência e relevância em múltiplos segmentos. A fonte dessas informações é a Organização

das Cooperativas Brasileiras (OCB, 2021), que fornece um retrato significativo das atividades cooperativistas, refletindo o vigor e a diversidade desse movimento no cenário nacional.

Figura 1 - Cooperativismo no Brasil empregados

	COOPERATIVAS	COOPERADOS	EMPREGADOS
RAMOS			
Agropecuário	1.223	992.111	207.201
Consumo	263	2.025.545	14.841
Crédito	827	10.786.317	71.740
Infraestrutura	265	1.138.786	7.315
Saúde	783	275.915	108.189
Trabalho. Produção de Bens e Serviços	860	221.134	9.759
Transporte	1.093	99.568	8.531
TOTAL GERAL	5.314	15.539.376	427.576

Fonte: OCB (2021).

Os ramos de atividades que mais utiliza o Cooperativismo no Brasil é o agropecuário e transporte. Já as o maior número de cooperados são pertencentes ao ramo de crédito. E os ramos que mais geram empregos são o agropecuário e o da saúde (OCB, 2021).

Embora não aborde completamente toda a sua relevância, as disparidades regionais evidenciadas no cooperativismo brasileiro foram influenciadas significativamente pela presença marcante de imigrantes – alemães, italianos e japoneses – estabelecidos nas regiões Sul e Sudeste. Muitos desses imigrantes já possuíam experiências prévias com o associativismo, introduzindo, assim, uma cultura e instrução cooperativa, além de um considerável acúmulo de capital social. Esses elementos serviram como alicerce fundamental para a estruturação do cooperativismo em bases competitivas (Silva et al., 2003).

Há uma considerável despersonificação no âmbito do negócio cooperativo, o que invariavelmente torna o processo de gestão extremamente complexo (Levi; Davis, 2008). A construção da figura do cooperado é múltipla, pois ele atua ao mesmo tempo como cliente, fornecedor e proprietário. Além disso, em alguns casos pode ser também o gestor que administra a unidade produtora financeiramente e de maneira sustentável fazendo que uma empresa a céu aberto possa prover suas expectativas, colocando a prova de um equilíbrio social, ambiental e econômico margeado por vários acontecimentos macro e microeconômicos.

Panzutti (1997, p. 86) salienta que as mudanças no contexto econômico, incluindo as modificações no modelo de financiamento decorrentes da crise fiscal do Estado brasileiro, demandaram das cooperativas agrícolas uma atuação em um nível de negócios mais sofisticado.

Isso implicou na necessidade de aprimorar suas estratégias e seus métodos de financiamento para impulsionar o crescimento. O processo de cooperar vem se renovando e adaptando ao cenário cada vez mais exigente de estratégias e de inovação tecnológica, desafios de mão de obra e clima, com isso as cooperativas se reinventam a cada safra e aprimoram a cada negócio tentando não perder sua essência no meio deste turbilhão.

2.2 A Questão do Gênero Feminino

Desde o início da humanidade, a mulher tem sido retratada como uma figura secundária. Segundo Engels (1984, p. 70-71), "a primeira oposição de classes que surgiu na história coincide com o desenvolvimento do antagonismo entre homem e mulher na monogamia; e a primeira opressão de classes coincide com a opressão do sexo feminino pelo masculino" Esse trecho destaca como a subordinação feminina foi uma das primeiras formas de desigualdade a emergir na sociedade, estabelecendo uma relação de poder que coloca o homem em posição dominante.

A divisão inicial do trabalho surgiu com base no gênero. Isso se relaciona com o surgimento do que foi considerado como "civilização", um período que marcou a ascensão do papel masculino no âmbito familiar, em detrimento da posição declinante da mulher (Marx; Engels, 1989). Nas sociedades cristãs, o acesso das mulheres ao conhecimento teórico sagrado foi restrito, limitando-as a discursos sobre a vida diária e os cuidados domésticos (Deifelt, 1996). Essa perspectiva estabeleceu a mulher como a figura principal associada à maternidade, ao cuidado, à educação e ao bem-estar doméstico. Na direção da reprodução, o conceito de "cuidado" ficou compreendido "como atividade feminina, não remunerada, sem reconhecimento nem valorização" (Gama, 2014, p. 47).

A atividade de cuidado, por acontecer no ambiente privado, frequentemente é desvalorizada, conforme mencionado por Duarte (2010) do qual relata ser subestimada a estrutura de criação de valores na sociedade capitalista. Esse cenário se intensifica nas áreas rurais, onde as disparidades de gênero se tornam ainda mais proeminentes (Heredia; Cintrão, 2006). Quando se trata dos trabalhos realizados na esfera da produção, mas que não são contabilizados na população economicamente ativa, as mulheres são ampla maioria, e o hiato de gênero é claramente desfavorável a elas.

A autora Silvia Federici (2004), lança luz sobre as experiências históricas das mulheres e sua relação com a economia política. Federici argumenta que o corpo da mulher não é apenas um símbolo da opressão, mas também uma "terra produtiva" que foi historicamente explorada

para a acumulação de capital. Essa perspectiva lança uma nova luz sobre a realidade das mulheres rurais, especialmente em contextos agrários, onde o trabalho feminino muitas vezes é invisibilizado e desvalorizado. Ao analisar as dinâmicas da acumulação primitiva, Federici nos convida a considerar como as relações de poder de gênero se entrelaçam com questões econômicas e sociais, oferecendo insights valiosos para compreender as lutas e resistências das mulheres em diferentes contextos sociais (Federici, 2004). Desta forma, da economia, do cuidado depende toda a reprodução humana e, portanto, a própria existência da produção e do mercado (Alves et al., 2017).

Ao longo das últimas duas décadas, o espaço rural no Brasil revelou uma complexidade crescente e uma menor dependência das atividades puramente agrícolas. A presença de famílias envolvidas em múltiplas ocupações, ou seja, com membros atuando tanto na agricultura quanto em setores não agrícolas, é interpretada por diversos estudiosos como uma estratégia para fortalecer a agricultura familiar ou como uma resposta às condições de pobreza no meio rural (Graziano da Silva, 2002; Schneider, 2003; Souza, 2004; Nascimento, 2002; 2005). Diante dessas mudanças ocupacionais, Osakabe (2005) observa que, nas famílias envolvidas em múltiplas atividades, a contribuição das mulheres pode ter um papel mais substancial, sustentando, assim, a diversificação das ocupações entre os membros familiares.

Nos últimos vinte anos, observou-se uma maior intensificação da migração do meio rural para o urbano, especialmente entre jovens mulheres, resultando em um relativo aumento da proporção masculina e do envelhecimento da população nas áreas rurais do Brasil (Camarano; Abramovay, 1999; Castro; Aquino, 2008). Essa situação vem se tornando um processo complexo na sucessão familiar e manutenção das famílias que vivem no campo.

Brumer (2006) e Lombardi (2006) abordam sobre algumas situações que podem ter conduzido a esse processo demográfico:

- I) A submissão da mulher dentro das estruturas familiares;
- II) Desvalorização de suas contribuições na agricultura familiar;
- III) Dificuldade em distinguir entre os papéis de produção e reprodução;
- IV) Participação limitada das mulheres na agricultura comercial, muitas vezes atuando em funções secundárias;
- V) Restrições no acesso à terra devido a padrões sociais que privilegiam a transmissão de propriedade e controle da terra para os homens;
- VI) Maior disponibilidade de oportunidades de emprego para mulheres nos centros urbanos em comparação com áreas rurais;

VII) Restrições no poder de decisão sobre a alocação de recursos nas propriedades rurais em prol dos homens, dentro das dinâmicas familiares;

VIII) É a árdua labuta enfrentada nos contextos rurais.

Diante desses pontos, a mulher enfrenta enormes desafios para obter reconhecimento e alcançar um desempenho satisfatório no ambiente de trabalho rural.

Ao longo do tempo, as políticas de modernização agrícola implementadas no Brasil na década de 1970 desempenharam um papel crucial nas várias mudanças ocorridas no setor ao nas últimas quatro décadas, influenciando a estrutura econômica e social das áreas rurais. Contudo, tais políticas também intensificaram as disparidades de desenvolvimento econômico entre as regiões Centro-Oeste, Sudeste e Sul em comparação com o Nordeste e Norte (Gasques; Conceição, 2001; Freitas; Bacha, 2004; Freitas; Bacha; Fassatii, 2007).

As famílias rurais têm como base uma estrutura patriarcal predominante, o que dificulta a implementação de práticas sociais para promover a maior participação das mulheres. As atividades agrícolas são geralmente controladas pelos homens e, mesmo quando as mulheres participam, são vistas como ajudantes e não como parceiras, mesmo que de forma minoritária, no empreendimento familiar (Brumer, 2006; Lombardi, 2006).

Isso resulta na redução da participação das mulheres nas decisões sobre as atividades produtivas da propriedade. Mesmo desempenhando funções fundamentais para gerar renda, as relações sociais dentro da família prevalecem. A tomada de decisões e a administração das atividades agropecuárias são influenciadas por normas sociais que favorecem a estrutura patriarcal, concedendo poder ao homem e enfraquecendo a capacidade de negociação das mulheres no ambiente familiar. Segundo Rosa (2002), a divisão de trabalho na agricultura familiar é uma estratégia dos agricultores para maximizar a eficiência da mão de obra familiar.

Mudem-se as estruturas, substituam-se as velhas relações de produção por formas novas que desobstruam o caminho para o avanço das forças produtivas, substitua-se a sociedade burguesa pela socialista e encontraremos unidos para isso todos os revolucionários. Mas, quando se trata de romper com a velha mentalidade patriarcal pela qual a mulher é um simples brinquedo de homem, então todos os revolucionários se unem em defesa dos mais terríveis preconceitos, dos mais arcaicos costumes, das mais caducas tradições, como qualquer burguês reacionário (Kollontai *apud* Alambert, 1986).

A historiadora Yow (2005) aponta as diferenças entre masculino e feminino na narrativa. Segundo ela, os homens são mais assertivos, e não têm medo de afirmar sua vocação ou força. Já, mulheres costumam dar mais “voltas” para dizer algo sobre si mesmas, principalmente no que se refere ao reconhecimento de suas profissões e habilidades.

O progresso rural está intrinsecamente ligado às estratégias de sustento familiar, que se baseiam na diversificação da fonte de renda (Kageyama, 2003) e nos diferentes estilos de vida no campo (Ellis, 1998). O papel da mulher é crucial dentro dessa estrutura familiar, permitindo que ela exerça seu potencial e contribua para o avanço das comunidades rurais. Por meio do aumento do capital social, um recurso intangível, as mulheres desempenham um papel essencial na criação de uma direção para o desenvolvimento. Nesse contexto, o progresso nas áreas rurais depende diretamente do maior engajamento das mulheres em atividades que tradicionalmente as excluía.

2.3 Agricultura familiar

A humanidade foi evoluindo desde a coleta de grãos, onde passaram a enterrar ou plantar para geração de plantas para seu consumo e subsistência. O conceito de agricultura como atividade econômica geradora de lucros, segundo Callado (2008) se consolidou realmente a partir da evolução da sociedade ao longo dos anos e, principalmente no Brasil, desde o início da sua colonização, este setor vem contribuindo para a balança comercial do país e consolidando-o como agroexportador.

No contexto da agricultura familiar contemporânea, Wanderley e Tedesco (1999) descrevem de maneira ampla que se trata de um arranjo onde a família não só possui os meios de produção, mas também desempenha um papel ativo no trabalho dentro da unidade produtiva. Esse conceito abrange desde os modos de vida camponeses tradicionais até os modelos mais modernos de produção familiar.

De acordo com Guanziroli et al. (2001), a definição de agricultura familiar não deve se limitar ao tamanho da propriedade, mas sim ser considerada a partir de critérios mais amplos. Estes critérios englobam condições como a condução das atividades pelo próprio produtor e uma predominância do trabalho familiar sobre o trabalho contratado (por terceiros). É evidente que até mesmo aqueles que não são proprietários da terra – como arrendatários, parceiros ou posseiros – podem ser identificados como agricultores familiares. Altmann et al. (2002, p. 7) preconizam o conceito de agricultura familiar de forma mais detalhada, em que

O agricultor familiar trabalha em uma porção de terra como proprietário, assentado, posseiro, arrendatário ou parceiro, cumprindo simultaneamente estes critérios: realiza trabalho direto com sua família, empregando até dois trabalhadores permanentes e podendo receber ajuda sazonal de terceiros; não possui área superior a quatro módulos fiscais; obtém no mínimo 80% da renda bruta anual da exploração agropecuária, pesqueira ou extrativista; e reside na propriedade, em área rural ou próxima a um aglomerado rural ou urbano (Lei nº 11.326/2006, s.p.).

A agricultura familiar desempenha um papel socioeconômico de grande relevância no cenário nacional. Seu crescimento é considerado um dos pilares fundamentais para a construção de uma sociedade economicamente mais eficiente e equitativa (Lima; Wilkinson, 2002). Segundo esses estudiosos, aproximadamente 85% das propriedades rurais no país são geridas por famílias, abrangendo uma comunidade de 13,8 milhões de pessoas responsáveis por uma parte substancial da produção de alimentos consumidos pela população brasileira. Essa contribuição é significativa não apenas na produção de itens alimentícios essenciais, mas também no abastecimento das grandes cadeias agroindustriais, contribui na oferta de sustento para os lares brasileiros, onde cerca de 80% dos alimentos consumidos regularmente são oriundos da agricultura familiar, conforme afirmado por Zenaro, Schiochet e Gelinski Junior (2017).

Entre 1930 e 1970, ocorreram diversos eventos significativos na política agrícola brasileira. Na década de 1930, houve uma mudança no direcionamento dessa política, com a adoção de medidas que favoreciam o financiamento das atividades produtivas por meio de créditos subsidiados para custeio e investimento agrícola. Essa mudança refletia a necessidade de modernização e desenvolvimento do setor agrícola do país. No entanto, esse período também foi marcado por períodos de autoritarismo político, como a ditadura militar que teve início em 1964. Durante esse regime, houve limitações significativas no debate e na participação da sociedade civil, incluindo representantes da agricultura familiar, nas discussões sobre políticas públicas para o setor agrícola. Movimentos sociais, como a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura - CONTAG, enfrentaram dificuldades e censura nesse contexto político (Silva; Almeida, 2023).

De acordo com Delgado (1985) a política continuou a ser delineada, muitas vezes com o objetivo de favorecer determinados setores da economia, como as oligarquias cafeeiras. Um exemplo disso foi a criação da taxa de câmbio múltipla, que redirecionava recursos das exportações agropecuárias para apoiar a industrialização.

Com o passar do tempo, a agricultura familiar integrou-se às políticas públicas de desenvolvimento rural. Um dos marcos nesse cenário político foi a implementação do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nos meados da década de 1990. Essa iniciativa foi resultado de um extenso processo de mobilização social conduzido por vários movimentos ligados ao meio rural (Freitas et al., 2012). O autor traz um divisor de águas para a agricultura familiar que ocorreu com a implantação do referido programa, tendo em vista que através desta política pública abre-se um espaço para que o agricultor(a), possa investir tanto na produção quanto na modernização de seus processos de gestão financeira. Com a

criação do PRONAF, um número significativo de agricultores familiares passou a se beneficiar de empréstimos subsidiados pelo Estado para financiar os investimentos em suas unidades produtivas e as suas despesas operacionais (Schneider; Mattei; Cazella, 2004).

O quadro 4 apresenta o gráfico que detalha a evolução do volume de recursos de crédito rural concedidos pelo Banco Central no contexto do PRONAF, ao longo de anos-safra, nas diferentes Regiões do país, no período de 2013-2014 a 2021-2022. Os dados foram obtidos pelo Departamento Intersindical Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE, 2023), com informações provenientes do Banco Central, destacando a distribuição e a variação desses recursos destinados à agricultura familiar ao longo do tempo, em diferentes áreas de planejamento dentro do país.

Quadro 4 - Valor de Contratos por Região e Safra de Pronaf no Brasil (R\$ nominal)

Safra	Sul	Sudeste	Nordeste	Norte	Centro-Oeste
2013-2014	10.906.101.180	4.572.517.498	3.080.484.923	1.751.823.915	1.476.698.198
2014-2015	11.892.629.898	4.871.059.731	3.448.165.025	1.789.873.068	1.840.071.090
2015-2016	8.936.701.971	3.162.657.233	1.972.941.211	1.122.204.121	1.191.593.650
2016-2017	12.246.366.721	3.916.824.536	2.946.971.172	1.484.046.356	1.665.048.141
2017-2018	12.342.945.608	3.865.139.967	3.554.165.731	1.535.870.532	1.598.841.472
2018-2019	13.140.329.984	3.643.241.531	3.511.828.407	1.450.236.692	1.641.109.411
2019-2020	16.312.754.651	4.388.584.739	4.076.099.161	2.042.323.560	2.013.175.822
2020-2021	19.164.945.129	4.810.414.479	4.640.483.894	2.293.703.466	2.195.688.408
2021-2022	22.789.665.752	5.967.035.678	5.864.502.307	3.957.827.061	2.904.608.959

Fonte: Banco Central (2023).

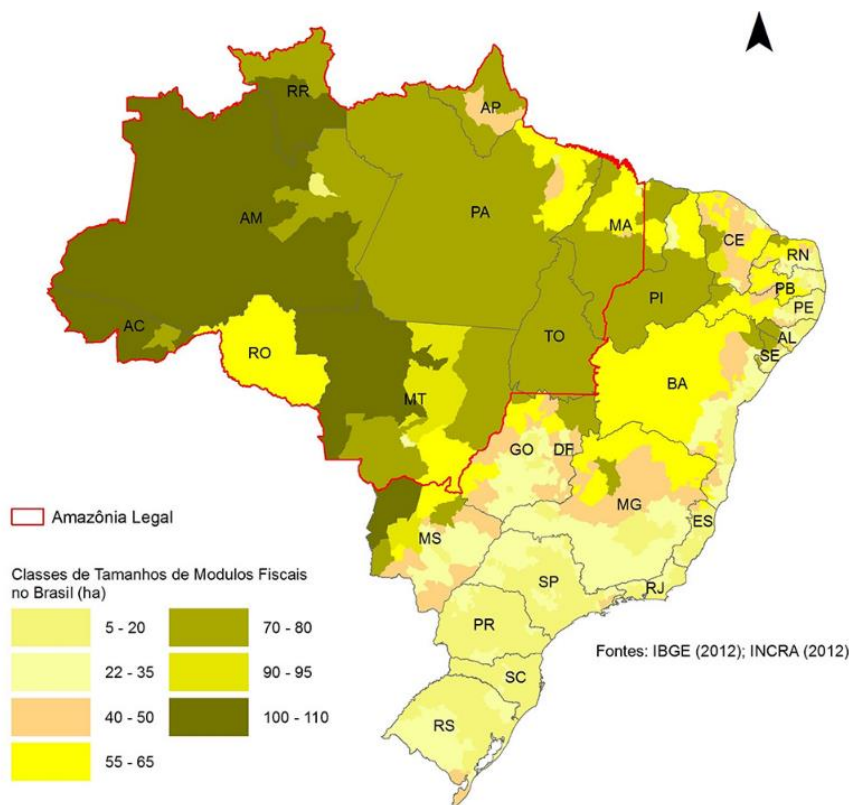
Elaboração: Dieese (2023).

De acordo com os dados demonstrados no quadro 4, a distribuição de recursos financeiros para os agricultores familiares pelo país tem como destaque a região Sul com maior valor recebido de recursos 2021/2022, sendo a região Sudeste, foco desse estudo, a segunda a ter o volume de contratos de safra.

A Lei nº 11.326/2006 define os termos 'agricultor familiar' e 'empreendedor familiar rural', incluindo, entre outros critérios, a limitação da área de propriedade em até 4 módulos fiscais. Essa definição ganha destaque no novo "Código Florestal" (Lei nº 12.651 Brasil, 2012), onde o valor do módulo fiscal é adotado como referência legal em diferentes contextos, como na concessão de benefícios à pequena propriedade ou posse rural familiar, na determinação das

áreas mínimas para recomposição de Áreas de Preservação Permanente, na manutenção ou restauração da Reserva Legal, entre outras aplicações (EMBRAPA, 2012). Esses detalhes são ilustrados na Figura 2 a seguir:

Figura 2 - Quadro de módulos fiscais no Brasil



Fonte: Embrapa (2012).

Somam-se ainda questões como a mão de obra ser da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento ser realizado pelos familiares. Nota-se que essa definição da lei se assemelha ao conceito já citado de Altmann et al. (2002).

O foco dessa pesquisa reside na agricultura familiar, destacando a mulher como protagonista principal na condução de seus modelos de negócios. Desde suas origens, essas condições persistem até os dias atuais no coletivo, possibilitando resultados recíprocos (Sabourin, 2011).

Desde o seu surgimento na década de 1990, as iniciativas públicas de desenvolvimento rural sofreram importantes transformações. Tais mudanças podem ser compartimentalizadas em três gerações de políticas, embora as ações do Estado nesse domínio não seguissem uma linearidade temporal, já que se cruzaram ao longo do tempo (Grisa; Schneider, 2015). A primeira geração, associadas as demandas de segmentos sociais da agricultura familiar

organizados em sindicatos e movimentos sociais, está ligada principalmente a questões agrícolas e agrárias. A segunda foi marcada pela criação e expansão de políticas de assistência social, ainda que o processo de reformulação da previdência rural – a principal ação de Estado nessa área – teve início com a Constituição de 1988. Já a terceira geração está relacionada à construção de novos mercados para os produtos e serviços oriundos da agricultura familiar, tendo como foco a segurança alimentar e a sustentabilidade (Grisa; Schneider, 2015).

Uma pesquisa divulgada pelo Sindicato das Empresas de Consultoria, Assessoramento, Perícias, Informações e Pesquisas – Sescom/ Minas Gerais (2021) demonstra um fato importante na análise do presente estudo, que é o processo de envelhecimento da população rural na agricultura familiar em Minas Gerais. A análise comparativa entre os Censos de 2017 e 2006 revela um crescimento percentual significativo de propriedades gerenciadas por indivíduos acima de 55 anos, ao passo que houve uma diminuição no percentual de propriedades lideradas por pessoas com menos de 45 anos.

No segmento dos jovens com menos de 25 anos, essa redução atingiu 40%. Um processo muito preocupante na agricultura familiar, já que seus sucessores são seus filhos e próximos, correndo o risco de sua unidade produtora não ter continuidade nas regiões onde há forte atuação destes agricultores e seus negócios agrícolas.

O quadro 5 apresenta o número de Agricultores Familiares e seus respectivos percentuais de participação no total, tanto para o estado de Minas Gerais quanto para suas Mesorregiões Geográficas, com dados referentes ao ano de 2013. Esses dados foram obtidos através da fonte Emater (2013), que utilizou informações do Banco do Brasil. O quadro oferece uma visão detalhada e comparativa do contingente de Agricultores Familiares em diferentes regiões de Minas Gerais, fornecendo uma análise da distribuição e representatividade desses agricultores em todo o estado e suas mesorregiões geográficas.

Quadro 5 - Número de Agricultores Familiares e percentuais de participação no total – Minas Gerais e Mesorregiões Geográficas, 2013

Mesorregião	Total de Agricultores Familiares (A)	Participação - Total de Agricultores Familiares (%) (A/T)
Campo das Vertentes	26.230	3,03%
Central Mineira	13.914	1,61%
Jequitinhonha	78.701	9,08%
Metropolitana de Belo Horizonte	52.317	6,04%
Noroeste de Minas	23.278	2,69%
Norte de Minas	214.434	24,75%
Oeste de Minas	33.405	3,86%
Sul/Sudoeste de Minas	128.441	14,83%
Triângulo/Alto Paranaíba	52.782	6,09%
Vale do Mucuri	35.351	4,08%
Vale do Rio Doce	85.886	9,91%
Zona da Mata	121.594	14,04%
MINAS GERAIS (T)	866.333	100,00%

Fonte: EMATER (2013) com dados do Banco do Brasil.

De acordo com dados demonstrados no quadro 5, a distribuição de agricultores familiares pelo estado de Minas Gerais tem como destaque a região norte com maior concentração de famílias 24,75%, seguido pelo sul/sudoeste 14,83% e em terceiro a zona da mata mineira 14,04%, sendo o menor percentual de agricultores familiares 1,61% na central mineira.

Buainain et al. (2002) propõem que a discussão acerca da integração e viabilidade da agricultura familiar deve ser abordada considerando o contexto capitalista de produção, sem idealizações. Diante disso, há a necessidade de priorizar estratégias que apoiem e facilitem a adaptação da agricultura familiar às demandas do mercado. Segundo Medeiros et al. (2002), têm surgido e crescido mercados orientados por valores como ética, tradição, produção natural, e justiça social. Nesse contexto, a agroecologia e a produção de produtos orgânicos e artesanais se destacam como oportunidades para a utilização de sistemas de produção adaptados a pequenas propriedades, capazes de atender às crescentes demandas por qualidade e sustentabilidade ambiental.

Lima et al. (2002) enfatizam que a comercialização de produtos artesanais e produtos processados, oriundos da agroindústria, frequentemente requer ajustes na legislação, nas normas e nos processos de certificação, adaptados à realidade dos pequenos produtores rurais e alinhados com a atividade agroindustrial de pequena escala. Dessa forma, a agricultura familiar desenvolve sistemas de produção complexos, mesclando cultivos, criação de animais e processamentos primários, atendendo tanto à demanda familiar quanto ao mercado. Esses sistemas de produção são moldados não somente pelas condições socioambientais e

agronômicas de cada região, mas também pelas condições econômicas e históricas (Guanziroli et al., 2001). Dessa forma, torna-se necessária neste estudo a abordagem sobre modelos de gestão na agricultura familiar.

2.4 Modelos de Gestão da Agricultura Familiar

A base teórica da pesquisa fundamentou-se em ferramentas analíticas voltadas para compreender a dinâmica dos processos decisórios e das interações de gestão das cooperadas, agricultoras familiares, relacionadas às suas escolhas e aos benefícios advindos dessas decisões.

Binotto (2005) salienta que os produtores rurais desempenham um papel além de fornecedores da produção primária; eles são gestores de negócios, operando em um mercado muitas vezes desconhecido, não apenas como executores de tarefas técnicas. Eles são solicitados a adotar posturas gerenciais qualificadas, possuindo conhecimentos atualizados, habilidades e competências para atender a exigências crescentes e novos padrões de qualidade e inovação nos produtos.

Para Holanda, Oliveira e Oliveira (2013) a informação torna-se relevante enquanto recurso de poder, por facilitar o desenvolvimento e a capacidade de uma sociedade em produzir e aplicar os conhecimentos. Porém, o compartilhar da informação entre as pessoas requer o sentimento do indivíduo de que pertence a um grupo (Alcará et al., 2009). Isso visa impulsionar a competitividade em cada etapa da cadeia e reduzir os riscos no gerenciamento.

A literatura prepondera em boa parte sobre gestão e sugere que a agricultura familiar geralmente não faz utilização de controles formais para seus relatos, planilhas ou meras anotações no dia a dia do seu processo de produção, conforme citado por Roesler (2009):

As formas de cálculo e controle são realizadas mentalmente. [...] A não utilização de formas de controle mais organizadas é justificada, pelo agricultor familiar, em virtude da complexidade da sua unidade de produção familiar e por não existirem formas de controle adaptadas a esta realidade (Roesler, 2009, p. 226).

Entretanto, o emprego desses instrumentos na gestão dos estabelecimentos e organizações rurais pode ser muito útil, mesmo que a contabilidade rural seja “[...] quase sempre conhecida por suas finalidades fiscais, não possuindo grande interesse por uma aplicação gerencial” (Crepaldi, 2012, p. 52).

O desempenho da agricultura familiar é influenciado por um conjunto abrangente de variáveis, que podem ser resultado de políticas públicas, do contexto macroeconômico e das características locais e regionais. Enquanto muitas dessas variáveis estão fora do controle direto

da unidade de produção, aspectos como a gestão da produção apresentam uma conexão mais imediata e são passíveis de controle por parte dos agricultores (Buainain; Souza Filho, 1998).

A unidade de produção sem dados ou informações, não possui clareza nas tomadas de decisões, o que não contribui de forma assertiva para a administração, sendo o medidor do trabalho executado e do ganho obtido. Porém, a tradição cultural de gerações dificulta a mudança e a compreensão da cooperação e lucro coletivo, ou mesmo, mais comum, simples saber sobre renda obtida e lucro líquido atingido (Bourdieu; Sayad, 2006). Desta maneira, agricultoras e agricultores familiares não só compreendem, mas se apropriam dos controles de gestão a ponto de adequá-los para atender aos seus objetivos e para utilizar em suas atividades diárias (Brandão, 2016; Costa; Silva, 2018; Lima, 1991; Roesler, 2009).

Torna-se cada vez mais exigido no meio agrícola o domínio de conhecimentos, informações e controles de gestão. Além disso, com avanço tecnológico os agricultores e agricultoras necessitam manusear máquinas, manejo de pragas e doenças, plantas e animais, se tornando profissionais multidisciplinares e multidimensionais (Wanderley; Tedesco, 1999). Este conhecimento constante e seu aperfeiçoamento contribui de modo positivo ajudando sua compreensão e mesmo a gestão do negócio (Lourenzani; Souza Filho, 2005).

Conforme apontado por Lima et al. (1995), os agricultores familiares tomam decisões com o intuito de cumprir um ou vários objetivos dentro do conjunto de possíveis ações percebidas pelo grupo familiar. Essas escolhas são influenciadas pela percepção que os agentes têm da situação e dos propósitos atribuídos às suas unidades de produção.

A estrutura familiar de produção não é um impedimento para o desenvolvimento agrícola. Pelo contrário, sugere que esse desenvolvimento siga uma lógica distinta, uma vez que, conforme ressaltado por Brandenburg (1999), os motivos subjacentes à conduta dos agricultores, como satisfação, desejos ou aspectos subjetivos, nem sempre estão desconectados, ao contrário dos demais sistemas presentes na sociedade moderna.

Buainain e Souza Filho (1998) destacam que a atomização, tamanho e escala de produção frequentemente tornam os produtores familiares vulneráveis, dificultando a obtenção de níveis sustentáveis de renda e impactando diretamente suas estratégias de gestão. É observado que produtores com pouca ou nenhuma experiência na gestão da atividade agrícola têm menor probabilidade de sucesso em comparação com aqueles que possuem experiência prévia na administração de suas unidades agropecuárias familiares (Buainain; Souza Filho, 1998).

A habilidade de coletar e processar informações, juntamente com a capacidade de utilizar técnicas agrícolas e métodos de gestão mais avançados, também influenciam significativamente o êxito do empreendimento. Adicionalmente, o desempenho positivo de

certos grupos de produtores familiares frequentemente está associado a níveis mais elevados de educação (Lacky, 1998).

A deficiência na área da educação rural é identificada como um desafio significativo para promover o desenvolvimento sustentável dos agricultores familiares (Lacky, 1998). Superar essa lacuna entre a agricultura familiar e o acesso a recursos financeiros representa um grande desafio. Por um lado, programas governamentais como o PRONAF (Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar) estão evoluindo de uma abordagem paternalista para uma postura mais voltada ao financiamento de projetos. Isso pode ser positivo, pois incentiva a geração de receitas suficientes para quitar os empréstimos, contribuindo para a autonomia financeira dos agricultores familiares. Por outro lado, essa transição pode apresentar desafios, como a necessidade de garantir que os projetos financiados sejam viáveis e sustentáveis a longo prazo, além de promover a capacitação e o apoio técnico necessários para que os agricultores tenham sucesso em seus empreendimentos.

É relevante ressaltar que as mudanças recentes, especialmente aquelas de natureza tecnológica, têm exigido dos produtores rurais um aumento na sua competitividade, demandando uma constante busca por aprendizado e um maior domínio da informática (Bornstein; Lobianco, 2001). Nesse contexto, é fundamental para os agricultores familiares desempenharem adequadamente o papel de tomadores de decisão, contar com um sistema de tecnologia da informação adequado, uma vez que a tecnologia atualmente está cada vez mais vinculada ao uso da informática (Rezende et al., 1999).

Isso se torna ainda mais crucial devido à natureza das decisões no agronegócio em geral e na agricultura familiar em particular, que não são previamente conhecidas nem prontamente observadas (Fischer et al., 2000), já que ocorrem em ambientes altamente dinâmicos e incertos (Boehje, 1999). Assim, a adoção de tecnologias, como aquelas relacionadas à pós-colheita, melhoramento genético, embalagens adequadas, cadeia do frio, transporte e armazenamento controlado, tem contribuído para mitigar os efeitos decorrentes dessas variáveis aleatórias (Azevedo, 2001).

Além disso, os produtores são requeridos a possuir uma capacidade empreendedora e/ou adquirir novas habilidades que são cruciais para a sobrevivência e progresso de suas atividades no agronegócio. Em qualquer modelo organizacional ou sistema produtivo, os princípios de gestão e a aprendizagem direta com o mercado são elementos essenciais para consolidar a unidade produtiva como um empreendimento rural competitivo (Lima; Wilkinson, 2002). No âmbito financeiro, de acordo com Brown (1995), a relação entre os custos fixos do investimento e o padrão cíclico da produção é um dos maiores desafios enfrentados pelos estabelecimentos,

especialmente na agricultura familiar. Nesse contexto, o planejamento e a diversificação da produção têm sido considerados como estratégias alternativas para enfrentar essa dificuldade.

Nantes e Scarpelli (2001) conduziram um estudo para classificar os empreendimentos rurais em três tipos distintos: "tradicional", "em transição" e "moderno". Essa categorização é feita com base nas limitações e nas capacidades técnicas, econômicas e gerenciais de cada empreendimento. Os autores destacam que os sistemas produtivos tradicionais têm suas limitações, especialmente no que diz respeito à administração. Há uma concentração insuficiente nos esforços dedicados a outras ferramentas de gestão além daquelas relacionadas aos aspectos econômicos, como contabilidade, finanças e custos. Isso pode limitar a eficiência e a competitividade desses empreendimentos no mercado atual.

Por outro lado, os sistemas produtivos modernos são elogiados pelos autores por adotarem uma abordagem mais ampla e estratégica na gestão. Eles incorporam outras técnicas de gestão que vão além dos aspectos econômicos, considerando também aspectos estratégicos, tecnológicos e comerciais. Essa abordagem mais abrangente permite aos gestores tomarem decisões mais informadas e alinhadas com as demandas do mercado e das novas tecnologias. No entanto, a transição para modelos mais modernos também pode ser desafiadora, requerendo investimentos em capacitação e adaptação às novas práticas e tecnologias, o que nem sempre é acessível para todos os empreendimentos rurais.

3 METODOLOGIA

Este capítulo busca apresentar os aspectos metodológicos pretendidos para essa pesquisa. São apresentados o delineamento, o tipo de pesquisa, bem como a fundamentação para a sua escolha, características da população e amostra, os instrumentos de pesquisa e os procedimentos para coleta e para a análise dos dados.

3.1 Delineamento da pesquisa

No estudo conduzido, foram realizadas entrevistas seguindo um roteiro previamente estabelecido sobre as quais realizou-se uma abordagem qualitativa. Essa abordagem permitiu uma análise mais detalhada e contextualizada dos dados, levando em conta as nuances e interpretações dos participantes.

A pesquisa busca através de questionamento às entrevistadas a resposta principal que é identificar as motivações e entraves em aderir ao sistema cooperativista por parte das agricultoras familiares no Sul de Minas.

O estudo se concentrou nas agricultoras de cinco cooperativas localizadas na região Sul de Minas Gerais. Essas cooperativas são consideradas de grande importância no cenário do agronegócio de acordo com a OCB (Organização das Cooperativas Brasileiras) e estão situadas nos municípios-sede de Três Pontas, Santana da Vargem, Boa Esperança e Paraguaçu. Vale ressaltar que essas agricultoras são residentes e possuem suas propriedades nesses respectivos municípios. Os dados qualitativos coletados foram analisados por triangulação, com intuito de buscar informações e compor o resultado da pesquisa.

Neste capítulo, destaca-se o instrumento de pesquisa selecionado para esta dissertação, o qual consiste em um roteiro de entrevista semiestruturada. As entrevistas foram realizadas presencialmente nas propriedades rurais, permitindo uma interação mais ampla entre a entrevistadora e as entrevistadas.

3.2 Tipo de Pesquisa

A pesquisa tem como principal objetivo identificar as vantagens e desvantagens que influenciam a decisão das agricultoras familiares em se associarem a uma cooperativa, e como essa escolha contribui para a gestão de suas propriedades rurais.

Considerando os objetivos apresentados no capítulo 1, a pesquisa tem natureza aplicada com abordagem qualitativa, pois terá uma abordagem interpretativa de dados. Para Turato (2005), na pesquisa qualitativa existe um interesse maior do pesquisador em descobrir determinado fenômeno, buscando respostas a partir do que foi vivenciado.

Relatando sobre os objetivos da pesquisa, entende-se que possuem características exploratórias, sendo que a intenção é proporcionar a compreensão do problema com base nas informações levantadas (Turrioni; Mello, 2012)

Busca-se investigar as escolhas das agricultoras familiares no que tange às cooperativas às quais fazem parte, bem como seus modelos de negócios. Para compreender essas realidades serão pesquisadas agricultoras de café dos municípios de Santana da Vargem, Três Pontas, Boa Esperança, Illicínea, Paraguaçu, Varginha e Coqueiral por meio de uma pesquisa de campo. A pesquisa de campo consiste em observar fatos e fenômenos durante a coleta de dados que foram registrados e analisados pelo pesquisador a fim de compreender determinada realidade (Marconi; Lakatos, 2003).

O método qualitativo será utilizado para a compreensão do fenômeno, fundamentado com base na análise interpretativa dos dados que serão coletados com as fontes primárias desta pesquisa (Ferreira, 2015).

3.3 População e amostra

Para contribuir para a definição da população desta pesquisa que foi realizada considerando as características do programa de mestrado, optou-se por fazer um primeiro recorte para direcionar o foco do estudo para a região do Sul de Minas, selecionando, para isso, o ambiente cooperativista envolvendo 2 cooperativas de grande porte e 3 de pequeno porte. As cooperativas juntas possuem em torno de 15.246 cooperados. O recorte foi com o público de agricultoras familiares envolvidas nas 5 cooperativas.

Foram entrevistadas agricultoras familiares cooperadas que atendam aos critérios legais vigentes no país, incluindo ter inscrição estadual em seu nome, obter no mínimo 50% da renda familiar de sua propriedade, não contar com mão de obra contratada por 12 meses, manifestar interesse em participar da pesquisa e alcançar a saturação dos dados. A não abertura das grandes cooperativas para fornecer nomes de agricultoras pode ter impactos significativos na condução

da pesquisa. Primeiramente, essa falta de cooperação pode dificultar o alcance da meta estabelecida inicialmente, como foi o caso de conseguirmos entrevistar apenas 11 agricultoras em vez das 20 planejadas. Além disso, a não abertura das cooperativas pode limitar a representatividade dos dados coletados, já que as cooperativas muitas vezes possuem informações abrangentes sobre os agricultores e agricultoras da região.

Outro ponto importante é que essa falta de colaboração pode refletir em barreiras mais amplas de acesso e apoio por parte das instituições maiores, o que pode ser um obstáculo para o desenvolvimento e fortalecimento da agricultura familiar. A falta de transparência ou cooperação por parte das grandes cooperativas também pode indicar desafios na relação entre diferentes atores do meio rural, como agricultores familiares e entidades representativas do setor.

Essas questões ressaltam a importância de promover um ambiente colaborativo e transparente entre todos os atores envolvidos no desenvolvimento rural, para garantir o apoio necessário aos agricultores familiares e o avanço de pesquisas e iniciativas voltadas para esse segmento tão importante da economia.

3.4 Instrumentos de Pesquisa

Para as entrevistas foi utilizado um roteiro com perguntas abertas e fechadas constante no apêndice A. Os encontros foram agendados por telefone e conduzidos pessoalmente pelo pesquisador, embasados no referencial teórico do projeto.

A pesquisa contou com 10 questões fechadas para traçar o perfil socioeconômico das agricultoras familiares e 5 questões abertas com o objetivo geral junto com seus objetivos específicos pesquisados para entender as suas escolhas de parcerias de negócios e as ferramentas de gestão oferecidas, buscando com as informações coletadas uma análise para uma discussão sobre os modelos de negócios pesquisados.

3.5 Procedimentos para Coleta de Dados

Os dados utilizados nesta pesquisa foram coletados através de pesquisas bibliográficas no Scielo e entrevista de campo, caracterizando o ambiente onde estas agricultoras familiares, suas cooperativas e os municípios estão envolvidos.

A entrevista foi realizada presencialmente *in loco* tendo a participação das agricultoras familiares. Os convites foram realizados a partir de análise do quadro social das cooperativas,

através dos quais será apresentada a explanação do contexto da pesquisa contendo as informações preliminares, dentre elas os objetivos e a justificativa. Para cada resposta positiva aos convites enviados foi realizado um agendamento para a entrevista presencial, que foram realizadas com base no roteiro conforme proposto.

Uma abordagem comumente adotada em pesquisas sobre sistemas de produção na agricultura é a utilização de métodos para coleta de dados. Autores como Malhotra (2018) ressaltam a importância de empregar instrumentos adequados para coletar informações relevantes e representativas. Nesse contexto, o desenvolvimento de um questionário semiestruturado se torna essencial para abordar questões tanto quantitativas quanto qualitativas, contribuindo para a elaboração de um diagnóstico abrangente sobre a gestão da agricultura familiar. Essa estratégia metodológica, alinhada às diretrizes de Malhotra (2018) sobre pesquisa de campo, permitiu uma análise detalhada e aprofundada dos sistemas de produção estudados.

De acordo com Gastal et al. (1993), a aplicação de questionários é uma técnica eficaz para a descrição dos sistemas de produção. Essa metodologia permite coletar informações detalhadas e específicas sobre as práticas e processos utilizados, além de captar as percepções e preocupações dos envolvidos. Assim, os questionários se tornam uma ferramenta importante para entender os desafios e as necessidades dos produtores, fornecendo dados que auxiliam na elaboração de estratégias mais adequadas para o desenvolvimento sustentável e inclusivo no setor agrícola. As entrevistas foram gravadas utilizando equipamento apropriado, transcritas e tratadas para que se possa fazer as análises pertinentes. Por utilizar seres humanos para a coleta de dados, a pesquisa foi submetida ao Comitê de Ética em Pesquisa, que tem a finalidade maior de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade, contribuindo para o desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos, parecer número 6.002.164.

3.6 Procedimentos para Análise de Dados

Para atingir os objetivos da pesquisa, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas com auxílio do roteiro de entrevista.

Buscou-se identificar as informações mais relevantes e suas correlações. A análise envolveu a caracterização das agricultoras familiares cooperativistas no Sul de Minas, destacando sua importância econômica.

Os dados qualitativos coletados nas entrevistas foram transcritos utilizando o programa Microsoft Word. A transcrição pode ser definida como:

a passagem literal do que foi narrado oralmente para a escrita, incluindo as repetições, vícios de linguagem, expressões regionais e marcadores conversacionais que caracterizam a fala. Comumente, transcrição é o nome dado ao ato de ‘traduzir’ o conteúdo gravado [...] em um texto escrito (Carvalho; Ribeiro, 2013, p. 47).

Importa dizer que esse não foi um exercício mecânico, neste momento, apareceram dúvidas sobre a grafia de nomes, ou sobre a compreensão de palavras ou trechos que ficaram pouco audíveis no registro (Ribeiro, 2021, p. 7).

Com isso, destaca-se que a pesquisadora esteve presente em todas as entrevistas, tendo em vista o interesse de fidelidade dos dados coletados. A pesquisadora atuou organizando o projeto, marcando, conduzindo e transcrevendo entrevistas e interpretando e escrevendo o trabalho. Destaca-se nessa trajetória de produção de conhecimento toda a vivência profissional que a pesquisadora tem junto a cooperativas e seu olhar feminino sobre a questão.

De acordo com a abordagem metodológica adotada neste estudo, os dados foram submetidos ao método de triangulação, inspirado na proposta de Denzin (1970), que busca aprimorar a validade e a confiabilidade dos resultados por meio da convergência de múltiplas entrevistas. A aplicação desse método tem como intuito corroborar, comparar, contrastar ou complementar dados, proporcionando uma compreensão mais completa e aprofundada do tema em estudo.

A análise ocorreu em três etapas: inicialmente, a pesquisadora reflete sobre as percepções das entrevistadas acerca da realidade investigada e extrai informações concretas, denominadas pelas autoras de dados empíricos. Ao integrar e examinar as diversas abordagens presentes nas entrevistas, a triangulação busca reduzir vieses individuais, aumentar a validade interna e externa e fortalecer as conclusões da pesquisa. Em uma segunda etapa, o foco recai sobre a interação entre a entrevistadora e a entrevistada, observando o diálogo entre ambas. Finalmente, realiza-se uma análise do contexto mais amplo em que as participantes estão inseridas, para compreender como o meio ambiente influencia suas opiniões e comportamentos. Esse processo permite reflexões e uma compreensão das realidades observadas em relação às teorias discutidas, resultando em uma investigação mais robusta e contextualizada. O próximo capítulo apresentará os resultados e análises.

4 RESULTADOS E ANÁLISES

O setor cooperativista contribui significativamente para o crescimento econômico de nosso país e na área agrícola auxilia para a segurança alimentar do mundo, onde o Brasil é protagonista sendo seus cooperados atores fundamentais para o funcionamento de toda cadeia. Por sua vez, as agricultoras familiares através de seu modelo de negócio e suas parcerias buscam inovações, conhecimento e sustentabilidade econômica, social e ambiental. Para isso, se faz necessário compreender os desafios e as vantagens deste modelo aplicado nas suas propriedades, refletir a forma de relacionamento com as cooperativas e como são integradas ao cenário cafeeiro.

O cenário mundial diante de guerras, mudanças climáticas e a própria volatilidade de mercado coloca o setor agropecuário em constante prova e desafios, tanto de continuidade de produção como também de preços justos num mundo globalizado e cada vez mais complexo.

As cooperativas por sua vez como arranjos produtivos locais com um objetivo em comum, unindo as pessoas para galgar oportunidades de vencer os desafios e dar seguimento aos seus negócios coloca o Sul de Minas em ascensão, pelo solo produtivo e por ser reduto de cooperativas tradicionais, economicamente expressivas e que impulsionam a economia local, estadual e nacional. A união entre pessoas com um propósito, como o caso dos mutirões, ajuntamentos, caixas rurais e outras formas de solidariedade e cooperação, começou a ser desenhada e foram sendo experimentadas e disseminadas pelos pequenos lavradores, colonos e posseiros ao longo da formação social brasileira (Chistoffoli, 2019).

“O cooperativismo é um movimento econômico e social que une as pessoas em torno de um mesmo objetivo”, disse Alexandre Gatti. Segundo o executivo, existem hoje no mundo 3 milhões de cooperativas com 1 bilhão de cooperados, gerando 280 milhões de empregos (OCEMG, 2023, s/p).

No Brasil, são 4.693 cooperativas, 20,5 milhões de cooperados e 524 mil empregados. Em Minas Gerais 758 cooperativas, 2,8 milhões de cooperados e 54,5 mil empregos gerados. As exportações do cooperativismo totalizaram em 2022 R\$7,3 bilhões no Brasil e R\$1,5 bilhão

em Minas Gerais. Além disso, as cooperativas respondem por 12,8% do PIB (Produto Interno Bruto) mineiro (OCEMG, 2023).

Nesse ambiente, faz-se importante verificar como a mulher, enquanto agricultora, se enquadra e se vê neste processo.

A pesquisa foi realizada com 11 (onze) agricultoras familiares cooperadas que atuam e residem nos municípios de Santana da Vargem, Boa Esperança, Paraguaçu e Ilícinea, todos localizados no Sul de Minas Gerais. Como descrito na metodologia foram adotados todos os processos de convites, permanecendo a livre aceitação das pesquisadas, levando em consideração as que possuíam as características descritas. Porém, por mais de uma vez, o contato foi feito não obtendo auxílio de uma cooperativa localizada em Três Pontas e que era objeto de estudo na pesquisa, já que somente ela poderia nos direcionar a agricultora pertencente e ativa ao seu quadro social. Sendo por isso a falta de cidades inicialmente citadas na construção inicial da pesquisa. Esses municípios compõem a região cafeeira responsável pela maior produção de café arábica do país, dentro de duas cooperativas de grande porte e três de pequeno porte.

Certas condições são fundamentais para a sobrevivência e sucesso de um empreendimento rural familiar, como apontado por Shadbolt e Rawlings (2000): a habilidade de enfrentar as demandas e desafios do ambiente externo; manter-se estável financeiramente, podendo crescer ou, ao menos, cobrir os custos de produção (garantindo sua sobrevivência); aprimorar constantemente tanto os processos produtivos quanto às estratégias de mercado para sustentar o equilíbrio financeiro do negócio; e estar preparado para atender de modo contínuo às necessidades e expectativas dos membros familiares.

O quadro 6 apresenta a caracterização da amostra traz os dados compilados referentes a cada entrevistada passando depois para análise individual de cada uma.

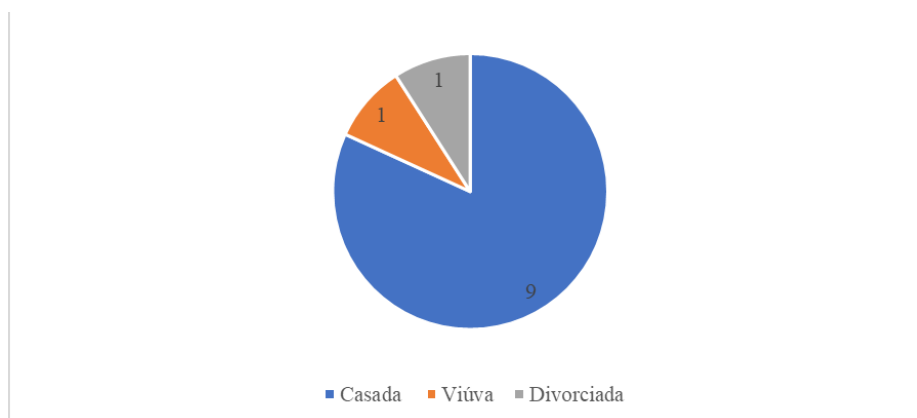
Quadro 6 - Caracterização das mulheres entrevistadas

Entrevista	Idade	Estado Civil	Residência	Nível escolar	Nível escolar	Nº de Filhos	PRONAF	Status	Hectares	T. de Cooperada
Agricultora01	36	Casada	Zona Rural	Ensino F. Incom.	8ª série	1	Sim	Proprietária	1	11
Agricultora02	54	Casada	Zona Rural	Ensino F. Incom.	4ª série	3	Sim	Proprietária	24	7
Agricultora03	55	Viúva	Zona Rural	Ensino F. Incom.	8ª série	3	Sim	Proprietária	8,5	4
Agricultora04	63	Divorciada	Zona Rural	Ensino F. Incom.	4ª série	5	Sim	Proprietária	5	11
Agricultora05	60	Casada	Zona Rural	Ensino Médio	2º grau	2	Não	Proprietária	14	10
Agricultora06	49	Casada	Zona Rural	Ensino F. Incom.	4ª série	3	Não	Proprietária	7,99	8
Agricultora07	56	Casada	Zona Rural	Ensino F. Incom.	4ª série	2	Não	Proprietária	4	4
Agricultora08	44	Casada	Zona Rural	Ensino Médio	2º grau	2	Não	Contrato	2	8
Agricultora09	38	Casada	Zona Rural	Ensino F. Incom.	7ª série	4	Não	Contrato	2	2
Agricultora10	58	Casada	Zona Rural	Ensino F. Incom.	8ª série	5	Sim	Contrato	2	19
Agricultora11	55	Casada	Zona Rural	Ensino F. Incom.	4ª série	2	Não	Proprietária	3	13

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Do total das entrevistadas, 2 agricultoras têm menos de 40 anos, as demais 9 possui idade superior a 40 anos (Quadro 6). A agricultora mais nova possui 36 anos e a mais velha 63 anos de idade. É importante destacar que as agricultoras são criadas desde a infância na zona rural o que é uma realidade para todas as pesquisadas e reforça a ligação intensa que as mesmas possuem com o meio rural desde muito novas.

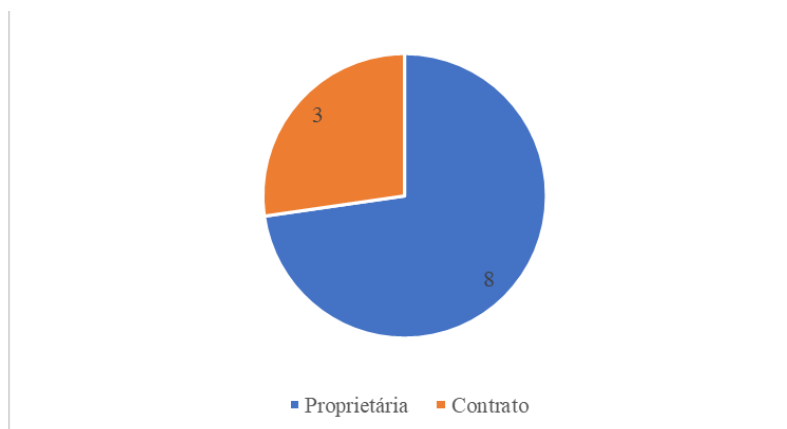
Gráfico 1 - Estado Civil



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

A maioria das agricultoras familiares são casadas (9), esse fator reflete muito na mão de obra familiar visto que o marido contribui nos serviços pesados, com a ajuda de maquinários que compartilham na propriedade. No que tange a agricultura familiar, Wanderley e Tedesco (1999) conceitua de forma genérica indicando que ela consiste nos casos em que a família, além de ser proprietária dos meios de produção, assume também o trabalho no estabelecimento produtivo. Nessa concepção, incorpora-se desde o campesinato tradicional até o produtor familiar moderno. No caso de duas agricultoras, sendo 1 viúva e 1 divorciada, muitas vezes torna-se necessário contar com mão de obra de temporários, o que não descaracteriza a condição de segurada especial e não impacta no processo de aposentadoria.

O Gráfico 2 apresenta uma análise sobre o estado ou situação das propriedades em um determinado contexto. A partir dos dados coletados e compilados, o gráfico oferece uma visualização que categoriza e descreve diferentes status ou condições das propriedades em questão. É fundamental explorar as variáveis ou categorias presentes no gráfico para compreender a distribuição ou a predominância de cada status, o que pode fornecer percepções sobre a situação atual ou a dinâmica das propriedades no contexto em análise.

Gráfico 2 - Status da Propriedade

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Dentro da amostra analisada, 8 agricultoras são proprietárias das terras que cultivam. Esta posse de terra se revela como um fator crucial, facilitando o acesso a linhas de crédito, uma vez que a propriedade pode servir como garantia em caso de empréstimos. Com contratos, são 3 agricultoras que não são proprietárias e muitas vezes dependem de avalistas para acessar recursos financeiros. Essa realidade destaca a eficácia das agricultoras pesquisadas em manter seus negócios de forma economicamente sustentável, especialmente no mercado do café.

O quadro 7 apresenta o tamanho das propriedades das agricultoras entrevistadas, fornecendo uma visão geral dos hectares de terra controlados por cada uma delas. Esse conjunto de dados oferece percepções significativas sobre a distribuição e a diversidade do tamanho das propriedades, revelando a variedade de escalas de produção dentro do contexto agrícola examinado. Essa análise pode fornecer informações valiosas sobre as estratégias de gestão e os desafios enfrentados por agricultoras com diferentes áreas de cultivo, oferecendo uma compreensão mais abrangente da dinâmica agrícola em questão.

Quadro 7 - Tamanho da propriedade (ha)

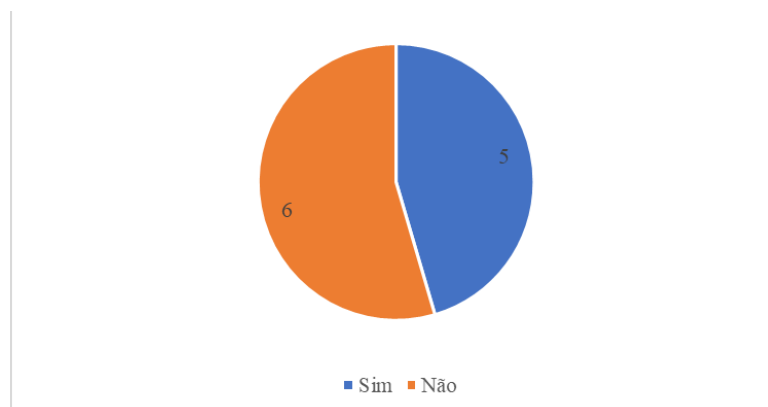
Entrevistada	Hectares
Agricultora 01	1
Agricultora 02	24
Agricultora 03	8,5
Agricultora 04	5
Agricultora 05	14
Agricultora 06	7,99
Agricultora 07	4
Agricultora 08	2
Agricultora 09	2
Agricultora 10	2
Agricultora 11	3

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Na amostra coletada, 6 agricultoras têm menos de 4 hectares, lembrando que a produção da planta é bianual, isso significa que os cafezais produzem muito bem em um ano e, no ano seguinte, o volume de produção pode cair pela metade. Nas propriedades não são realizados outros tipos de plantio de subsistência, o que fragiliza muito seus negócios na ocorrência de intempéries climáticas ou uma comercialização não tão assertiva, já que o mercado é muito volátil e depende diretamente de negociações em bolsa de valores.

Segundo Guanziroli et al. (2001), a agricultura familiar não deve ser definida somente a partir do tamanho do estabelecimento, mas sim de um conceito mais geral, em que as seguintes condições devem ser simultaneamente atendidas: a direção dos trabalhos deve ser exercida pelo produtor; e o trabalho da família deve ser superior ao trabalho realizado por pessoal contratado (terceiros). Percebe-se que mesmo aqueles que não são proprietários da terra – como os arrendatários, os parceiros e os posseiros – podem ser caracterizados como agricultores familiares.

A pesquisa traz a agricultura familiar dentro dos conceitos citados e identificado na pesquisa, não sendo representada pelo tamanho da propriedade ou caracterizado somente por propriedade, mas sim pelas suas condições de trabalho, cuidado e renda, atendendo em alguns casos mão de obra contratada que preenchem dias e trabalhos específicos prevalecendo o direito e a condição de segurado especial.

Gráfico 3 - Agricultoras que possuem Pronaf

Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

De acordo com as agricultoras entrevistadas, 6 não têm acesso ao PRONAF no seu nome diretamente, toda documentação utilizada está no nome do marido. As 11 agricultoras pesquisadas desconhecem o PRONAF Mulher, nenhuma instituição, seja banco ou cooperativa, informou sobre este recurso destinado a agricultoras familiares que pode ser acessado individual ou coletivamente por meio de um grupo de agricultores familiares. Neste último tipo, o grupo pode ter como finalidade o financiamento de construção, reforma ou ampliação de benfeitorias e instalações permanentes, máquinas, equipamentos agropecuários, adoção de práticas conservativas, estruturas e armazenagem de uso comum, as beneficiárias cuja renda bruta familiar anual, seja superior à renda de enquadramento do Grupo “B” e inferior a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), que não contratem trabalho assalariado permanente; com taxa de juros de 3,0% ao ano, de acordo com dados do Banco do Brasil.

Esse desconhecimento leva a agricultora a não usar um recurso que é destinado especialmente para ela. Mostra assim, a falta de informação e acesso a uma política pública importante de fortalecimento da agricultura familiar para estas mulheres a juros mais subsidiados que podem contribuir e muito para acesso a várias transformações dentro de seus negócios. Tal fato se amplifica ainda mais pelo descaso das instituições, entre elas bancos e cooperativas, que servem como intermediárias desse recurso e não fazem a divulgação dentro de seus quadros sociais e de clientes sobre essa modalidade de financiamento, negando oportunidades para as agricultoras familiares. Isso consolida uma percepção de distanciamento das grandes cooperativas e dos próprios bancos destas pequenas agricultoras, o que fica perceptível na fala a seguir.

Antigamente, quando eu ia na cidade, a gente ia na cidade e quando dava um espacinho, todo mundo corria para a cooperativa, para o banco conversar. Agora

ficou difícil, ficou longe. O banco distanciou um pouco da gente. (Agricultora familiar 8)

O “longe” descrito na fala não se refere a distância física, mas de acesso já que elas não têm acesso mais ao diálogo. Com o tempo a agricultura familiar passou a fazer parte da agenda de políticas públicas de desenvolvimento rural, tendo como um dos marcos de entrada no cenário político o Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar (PRONAF), instituído em meados dos anos 1990, a partir de um longo processo de mobilização social estabelecido por diversos movimentos sociais ligados ao meio rural (Freitas et al., 2012). O autor traz um divisor de águas para a agricultura familiar que ocorreu com a implantação do referido programa, tendo em vista que através desta política pública abre-se um espaço para que o agricultor (a), possa investir tanto na produção quanto na modernização de seus processos de gestão financeira. Com a criação do PRONAF, um número significativo de agricultores familiares passou a se beneficiar de empréstimos subsidiados pelo Estado para financiar os investimentos em suas unidades produtivas e as suas despesas operacionais (Schneider; Mattei; Cazella, 2004).

Ao analisar a situação das agricultoras familiares em relação às políticas de crédito, destaca-se um achado importante: o desconhecimento generalizado sobre o PRONAF Mulher. Isso revela uma lacuna significativa no acesso a esse recurso específico. Para entender melhor esse cenário, seria interessante buscar dados concretos sobre quantas agricultoras familiares têm acesso efetivo a essa política pública. Esse desconhecimento não apenas ressalta a necessidade de uma intervenção direta para melhorar a universalização do PRONAF Mulher, mas também indica a importância de uma abordagem mais próxima e humanizada por parte das cooperativas e dos bancos, especialmente os de maior porte, em relação a esse público específico.

O Quadro 8 oferece um panorama do número de filhos das agricultoras entrevistadas, fornecendo uma perspectiva sobre a estrutura familiar de cada uma delas. Esses dados são fundamentais para compreender a dinâmica social e familiar das mulheres que atuam na agricultura, destacando a influência e o impacto da estrutura familiar em suas atividades agrícolas. Essa análise pode revelar informações cruciais sobre como as agricultoras gerenciam suas responsabilidades familiares em paralelo com suas atividades agrícolas, além de oferecer insights sobre o papel da sucessão familiar nas propriedades rurais.

Quadro 8 - Número de filhos

Entrevistada	Número de Filhos
Agricultora 01	1
Agricultora 02	3
Agricultora 03	3
Agricultora 04	5
Agricultora 05	2
Agricultora 06	3
Agricultora 07	2
Agricultora 08	2
Agricultora 09	4
Agricultora 10	5
Agricultora 11	2

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Todas as agricultoras familiares pesquisadas possuem filhos, conforme demonstrado no quadro 8, fato que implica na dedicação para além da jornada de trabalho dentro das propriedades rurais, a necessidade de tempo para acompanhamento dos filhos. Essas agricultoras constituem famílias, os filhos e filhas são educados e cuidados ao mesmo tempo. Dessa forma, essas mulheres, além de precisarem cumprir com as tarefas domésticas diárias, precisam concomitantemente cuidar das lavouras.

No âmbito desta realidade, emerge a preocupação constante dessas agricultoras com a sucessão familiar em seus negócios, a maioria de seus filhos estão buscando outras oportunidades de trabalho e não demonstram interesse nos negócios familiares. Por isso a tecnificação tem sido uma alternativa para que as agricultoras continuem um período mais longo à frente de seus negócios. Aqui se demonstra uma questão cultural, pelo próprio “preconceito” que existe com o que se denomina “trabalho na roça” que pode impactar o futuro da propriedade.

O quadro 9 apresenta o tempo de associação das agricultoras como cooperadas, oferecendo uma visão do engajamento e da experiência delas dentro da cooperativa. Esses dados revelam a longevidade e a dedicação das mulheres na cooperativa, refletindo seu comprometimento com a organização ao longo do tempo. Analisar o tempo de associação como cooperada pode fornecer *insights* importantes sobre o nível de envolvimento das agricultoras

com a cooperativa, seu desenvolvimento ao longo dos anos e o impacto dessa participação em suas práticas agrícolas e na comunidade local.

Quadro 9 - Tempo de Cooperada

Entrevistada	Tempo de Cooperada
Agricultora 01	11
Agricultora 02	7
Agricultora 03	4
Agricultora 04	11
Agricultora 05	10
Agricultora 06	8
Agricultora 07	4
Agricultora 08	8
Agricultora 09	2
Agricultora 10	19
Agricultora 11	13

Fonte: Elaborada pela autora, 2023.

Com base nos dados do quadro 9, observa-se uma variação significativa no tempo de associação das entrevistadas à cooperativa, com a cooperada mais recente registrando 2 anos de participação, enquanto a mais antiga conta com 19 anos de vínculo cooperativista. Essa discrepância reflete diferentes níveis de experiência e entendimento sobre os benefícios do cooperativismo, conforme citado pela agricultora 9.

“Tirando a auto independência que a gente faz, tem assim, completo direito, né? Hoje em dia já existe a gente ter direito do que é da gente” (Agricultora 09).

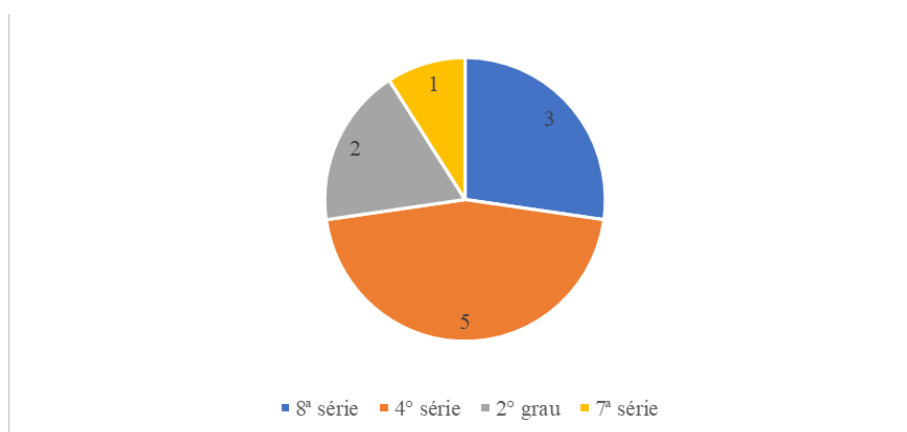
Todas as entrevistadas convergem na visão de que fazer parte de uma cooperativa é crucial para a sustentabilidade de seus empreendimentos, destacando a importância desse pertencimento para acessar informações, realizar visitas técnicas e viabilizar a comercialização. Essa percepção é particularmente relevante à luz dos dados apresentados na Tabela 7, evidenciando o papel central da cooperativa na capacitação e no suporte às agricultoras familiares, como referido pela agricultora 8.

“A gente em ser cooperada, a gente saber que a gente vai produzir, vai ter quem vai poder trabalhar para a gente, vender o produto da gente” (Agricultora 08).

Christoffoli (2019) (resgatando autores como Bonus, 1986; Sexton, 1986; Staatz, 1987; Hansmann, 1988, 1996; Sexton; Iskow, 1988; Bialoskorski Neto, 2000; Valentinov, 2007), indica que a literatura relativa à economia das organizações explica a existência das cooperativas agropecuárias por sua habilidade de: a) engendrar economias de escala; b) acessar novos mercados, inclusive internacionais; c) reduzir custos por meio da integração vertical; d) diminuir riscos em ações conjuntas; e) possibilitar aos cooperados acessar e adotar tecnologias e insumos via serviços de assistência técnica e f) permitir aos associados desenvolverem poder de barganha por melhores preços.

O Gráfico 4 apresenta um panorama da escolaridade das entrevistadas no contexto estudado, oferecendo uma visão abrangente sobre o nível educacional das participantes. Através da análise deste gráfico, é possível compreender a distribuição e a diversidade dos níveis de instrução das entrevistadas, fornecendo *insights* valiosos sobre o perfil educacional das agricultoras familiares envolvidas na pesquisa. Esta representação visual visa oferecer um panorama claro e conciso das qualificações educacionais presentes no grupo de entrevistadas, contribuindo para uma compreensão mais aprofundada do contexto estudado.

Gráfico 4 - Escolaridade das entrevistadas



Fonte: Elaborado pela autora, 2023.

Torna-se cada vez mais exigido no meio agrícola o domínio de conhecimentos, informações e controles de gestão. Além disso, com avanço tecnológico, os agricultores necessitam manusear máquinas, manejo de pragas e doenças, plantas e animais, se tornando profissionais multidisciplinares e multidimensionais (Wanderley; Tedesco, 1999, p. 46). Este

conhecimento constante e seu aperfeiçoamento contribui de modo positivo ajudando sua compreensão e mesmo a gestão do negócio (Lourenzani; Souza Filho, 2005, p. 69).

Nesse sentido, nota-se que os produtores sem ou com pouca experiência em gestão da atividade agrícola e baixa escolaridade apresentam menor probabilidade de sucesso do que aqueles que já tenham tido experiência de gestão da unidade agropecuária familiar e boa formação (Buainain; Souza Filho, 1998).

Apenas 1 agricultora pesquisada ter concluído o 2º grau, todas as demais relataram ter estudado pouco, fato que dificulta muito a tomada de decisões e que poderia ser suprida com auxílio das cooperativas das quais fazem parte. A agricultora 2 relatou a importância do ensino, mesmo no campo:

Foi muito bom, porque eu ficava assim, olhando os outros, até a pontuação eu não sabia o que significava, porque até a quarta série foi uma coisa muito passada por cima, né? E antigamente não era um estudo, era um estudo mais de saber ler e escrever, né? Não tinha aproveitamento. (Agricultora 02)

No objetivo geral da pesquisa, busca-se levantar as vantagens e desvantagens que influenciam na escolha de uma agricultora familiar em pertencer a uma cooperativa. Foram citados fatores importantes na maioria dos casos, como ter uma aposentadoria na velhice, maior segurança, senso de pertencimento, ter um apoio comercial, assistência técnica. Chamou atenção a fala em especial de uma agricultora com seguinte relato:

O que me levou a ser cooperada foi meu pai, porque quando meu pai passou esse contrato, eu pensei no meu futuro. Eu falei, sim, meu pai passou um contrato para mim, pois ao chegar a minha idade de aposentar, não iria aposentar, foi isso que levou, ele me passou contrato. (Agricultora 11)

As famílias rurais são predominantemente alicerçadas na estrutura patriarcal, o que dificulta construir práticas sociais para aumento da participação da mulher. As atividades agrícolas estão sob a esfera dos homens e, independentemente do grau de participação da mulher, ela sempre será vista como uma ajudante (Brumer, 2006; Lombardi, 2006).

A tradição no meio rural muito presente nesta fala reforça o patriarcado que soa como impedor e desmotivador a outras agricultoras que se encontram na mesma situação e muitas vezes desconhecem como fazer diante de um contador, da Receita Federal e das formalizações específicas que permeiam o processo de se filiar a uma cooperativa. Falta apoio de instituições que abram as portas para incluir essas agricultoras familiares, o que fica evidenciado na passagem a seguir. O gênero foi a primeira forma de divisão do trabalho. Tal fato está relacionado ao surgimento da “civilização”, que marca o declínio da mulher e a ascensão do

homem no núcleo familiar (Marx; Engels, 1989). Nas sociedades cristãs, também foi restrito à mulher o direito à “palavra” na transmissão do conhecimento teórico do sagrado, ficando relegadas a uma retórica da vida cotidiana e dos cuidados domésticos (Deifelt, 1996). Segue a fala de uma agricultora sobre tal fato.

Passou uns tempos, começou naquela relia para lá para cá eu falei eu quero entrar em cooperativa também, que negócio é esse? Aí fui apertando a cooperativa. A cooperativa me cozinhava em banho maria não deixava porque os homens lá ficam reclamando, as mulheres entram aqui, mas as mulheres querem ser cooperadas, está tão bom assim só os homens cooperados, as mulheres andam atrás só de companhia lavam as roupas e ficam por lá. Não deixei barato, fui perguntando por que, o que falta? Aí eu fui arranjando os documentos aí eles me deram a fila de documento enorme, acreditando que eu não ia dar conta mesmo pode dar pra ela. Imagina! E eu fui tocando! Me assustei muito, mas eu consegui. (Agricultora 2)

Essa fala revela um desafio enfrentado pela agricultora para ingressar na cooperativa. Ela descreve um processo no qual inicialmente sentiu-se desencorajada, enfrentando resistência por ser mulher. A percepção da resistência masculina na cooperativa a motivou a questionar e buscar entender o motivo dessa exclusão. Ao persistir e buscar os documentos necessários, mesmo diante de uma fila extensa e do ceticismo alheio, ela conseguiu superar as barreiras e ingressar na cooperativa. Essa experiência ressalta a determinação e a superação de obstáculos enfrentados pelas mulheres no contexto cooperativista, revelando sua força e resiliência para conquistar seu espaço.

A estrutura patriarcal e misógina faz com que as mulheres tenham muito mais dificuldade em se tornarem cooperadas e prosperarem seus modelos de negócios. Estes modelos de negócios devem atender às normas do produto café, apresentar boa qualidade, cumprir amplamente as exigências de mercado para se obter um bom resultado no momento de suas comercializações. As cooperativas por sua vez são as precificadoras de seus produtos e precisam dar o suporte necessário a essas agricultoras com apoio para comercialização e pagamentos. Esse suporte não é tão efetivo nas cooperativas de grande porte como citado pela agricultora a seguir:

Porque eu vou te falar a verdade, eu estou ruim de assistência, eu vou te falar a verdade. Eu já reclamei, e eu estou para chegar nele de novo. E outra coisa também que eu vejo aí, é sobre a qualidade, ali no setor de venda. Ali eu acho que precisa dar mais um pouco de atenção para a gente e valorizar mais o produto da gente. (Agricultora 4)

Por outro lado, as agricultoras familiares relatam um senso de pertencimento maior nas cooperativas de pequeno porte, onde tem acesso a todos os setores e alta gestão da cooperativa. Nas demais cooperativas de grande porte, elas relataram mais acesso à comercialização e

compras, sendo menor o reconhecimento de pertencimento e acolhimento pelos gestores e colaboradores. O autor Abramovay (1998) ressalta os benefícios da participação em cooperativas para o desenvolvimento das unidades produtoras, enfatizando o conhecimento aprimorado e o maior controle sobre as etapas de produção, processamento e comercialização, estabelecendo uma conexão efetiva com os cooperados.

Isso se reflete na fala da Agricultora Familiar 11, que destaca a vantagem de ser parte de uma cooperativa, ressaltando o tratamento cordial e atencioso recebido, especialmente em uma cooperativa de pequeno porte.

“Uma vantagem em ser cooperada é o acesso ao Comércio. Eu estou bem tratada lá (cooperativa de pequeno porte), gente muito educada” (Agricultora 11).

Essa perspectiva positiva sobre as cooperativas é relevante, pois não apenas proporciona um ambiente favorável de interação, mas também oferece acesso a recursos comerciais e conhecimentos valiosos. Outro fator importante que pode ser destacado refere-se ao acesso à informação que pode contribuir tanto para a melhoria dos negócios como também para a melhor segurança das pessoas envolvidas.

O aspecto da saúde no campo também foi relatado, pois apesar de cuidados com o ser humano em relação ao uso racional de agrotóxicos, marcas profundas foram deixadas em famílias ao longo do tempo, como fica evidenciado na passagem a seguir.

Agora meu filho ajuda. Mas antes era só o marido, mas ele era a pessoa que fazia tudo. Ele fazia, tadinho, e depois apareceu com tumor na cabeça. Porque esses anos atrás não tinha nada, né? Não tinha proteção, aqueles venenos muito brabos. Aí eu trabalhava na nossa lavoura e ali para um fazendeiro ali, tadinho foi aí, trabalhando, trabalhando, trabalhando. Aí um dia seguinte ele apareceu com tumor na cabeça. Aí fomos, levei no médico, infelizmente não tem jeito. Antes disso ele não apresentava nada. Era sacudido, trabalhador, tinha uma dor de cabeça uma vez no mês e já fazia seis anos. Aí eu tenho dia que chego a pensar assim, olha, se tivesse gente, né, os preparos, ele não tinha morrido, porque somente ele que lidava com as venenadas. Foi, o médico falou que é. Que ele expôs há muitos anos. Muitos anos, e por causa dos venenos, e sem EPI, sem nada. Porque não tinha proteção. E era muito bravo aqueles de antigamente, né? Não tão antigamente, uns anos atrás, não era tão divulgado, né? As pessoas usarem proteção. Mas tem luva, né? Tem a máscara, tem o processo. Você não fica o dia inteiro. Antigamente você chegava cedo, você ia até de tarde com aquilo. Até de tarde, com aquele cheiro mais forte do mundo. Sem saber. Tinha as roupas lavadas tudo junto, né? (Agricultora 03).

Para além dessa questão do cuidado humano, ou mesmo de sua ausência como no relato anterior, cabe destacar o acesso a serviços importantes da cooperativa, como em relação às finanças. Embora tenham acesso a contas em banco e movimentações financeiras, 100% das entrevistadas não têm conhecimento de formas de recursos como PRONAF Mulher (como já destacado) ou fontes que possam ter acesso pelo seu cartão de produtora e sua Declaração de

Aptidão ao PRONAF (DAP). Com isso, muitas utilizam recurso de aposentadoria e PRONAF do marido e compartilham as despesas.

Nesse sentido, a maior parte das escolhas de cooperativas são feitas em primeiro momento pelo fato da aposentadoria, visto que as entrevistadas ficam preocupadas com o fato de não terem rendas para a sua velhice. Outro fator também importante é o cuidado familiar onde as mulheres sentem que são responsáveis pelo bem-estar de todos e enfrentam a diferença de pensamentos com seus parceiros de vida e de trabalho.

Além da independência, a nossa cabeça é diferente. Eu penso assim lá na frente, ele já pensa mais no agora para mim, eu penso assim vamos eu quero isso então vamos fazer, não hoje não dá para fazer, então vamos trabalhar para fazê-lo na frente porque pra nós que assim pequenininho tem que ser tipo assim a longo prazo não pode ser nem curto e médio prazo, tem que ser a longo prazo então eu acho que as mulheres têm uma facilidade de pensar nisso entendeu de projetar o futuro. E o ano que vem nós colhemos mais 30 (sacas) e já dá para comprar alguma coisa maior. (Agricultora 09)

O fato que preocupa e pode ser sentido nas entrevistas ainda é a falta de união entre as agricultoras para decisões importantes dentro da gestão de seus negócios, dificultando o fortalecimento coletivo e a troca de experiências. Essa ausência de coesão é um obstáculo ao desenvolvimento de estratégias conjuntas que podem melhorar a eficiência e a sustentabilidade de seus empreendimentos. Embora muitas reconheçam o valor da colaboração, ainda há um sentimento de individualismo que impede um engajamento mais profundo, o que pode comprometer o potencial de crescimento e inovação que surgiria de uma maior integração entre elas. A agricultora 6 acredita que deveria ter mais reuniões para se ajustarem melhor:

Não é igual, mas estava comentando no grupo essa semana das mulheres. A gente tem que ter força e um tipo de diálogo, ter mais reunião com o sindicato para a gente, assim, ficar mais atento nas informações, igual o preço da safra, das medidas. Tem muita gente que, igual as meninas postaram essa semana, tem muita safrista que gosta de ganhar muito, mas aí vamos supor, se eu pagar bem, aquela outra lá não pode pagar bem. Aí tinha que ter umas reuniões, entendeu? Um acordo pelo menos que ficasse justo. Isso, é que nós estávamos precisando aqui na sociedade, é isso, nós estávamos conversando sobre o grupo essa semana, porque nós não temos muito apoio do sindicato, entendeu? (Agricultora 06)

A mulher empreendedora gera, cria, educa e mantém os seus objetivos ligados ao bem-estar de todos os envolvidos, compartilhando cada dia seu fracasso ou seu sucesso, levando com ela o meio e região onde está inserida.

A pesquisa reforça quem são essas agricultoras familiares, como elas se veem no meio do cooperativismo, como as cooperativas poderiam ser aliadas importantes ao crescimento delas e suas formalizações com continuidade de suas atividades, seu bem-estar e o que as

distingue de produtoras rurais com características distintas das pesquisadas. O propósito dos achados aqui apresentados é contribuir não somente no meio acadêmico, mas na realidade e vivência delas, seus modelos de negócios e principalmente trazer a reflexão e discussão sobre como as cooperativas, especialmente as maiores, tratam estas cooperadas (levando ou não em consideração suas opiniões, dificuldades e propostas) nas tomadas de decisões de seu planejamento estratégico.

5

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo descrever as vivências das agricultoras familiares no Sul de Minas como filiadas a cooperativas, sendo duas de grande porte e três de pequeno porte com seus respectivos modelos de negócios. A pesquisa revelou uma complexa teia de desafios e oportunidades enfrentados por essas mulheres em suas atividades agrícolas. O cenário da agricultura familiar na região é caracterizado por uma profunda ligação com a história e cultura locais, interioranas e tradicionais, mas também por uma série de obstáculos que precisam ser superados para garantir a sustentabilidade dessas comunidades e o desenvolvimento rural. Isso inclui a quebra de paradigmas através do acesso às tecnologias e a conexão com os arranjos produtivos locais por meio das cooperativas.

Primeiramente, a pesquisa destacou a resiliência e determinação das agricultoras familiares entrevistadas. Elas desempenham um papel crucial na produção de alimentos, preservação de práticas tradicionais e fortalecimento dos laços comunitários, priorizando o bem-estar familiar e a subsistência. Suas atividades vão além da agricultura, abrangendo também a agroindústria e a comercialização de produtos como o café. Esse espírito empreendedor e a capacidade de inovação são aspectos que merecem reconhecimento e apoio. Embora ainda sejam minoria em termos de documentação legal, voz e voto, e raramente ocupem cargos de destaque, o reconhecimento como cooperadas representa um grande passo rumo a uma mudança significativa em suas realidades de vida e poder de negociação.

No entanto, a pesquisa também revelou que essas agricultoras enfrentam inúmeros desafios no dia a dia. As questões de gênero são particularmente relevantes, com disparidades significativas no acesso a recursos, tomada de decisões e representação política. A falta de acesso ao crédito, a educação, a tecnologia e a assistência técnica adequada é uma barreira substancial para o desenvolvimento sustentável da agricultura familiar na região.

Além disso, as mudanças climáticas, conflitos, flutuações cambiais e a competitividade do mercado representam ameaças crescentes para a agricultura no Sul de Minas. Eventos climáticos extremos, como secas e geadas, impactam negativamente a produção e a segurança alimentar. Portanto, estratégias de adaptação e mitigação das mudanças climáticas são essenciais para garantir a resiliência das agricultoras familiares.

Nesse contexto, políticas públicas que considerem as questões de gênero e a realidade específica da agricultura familiar no Sul de Minas são cruciais. É fundamental que o governo e as instituições locais, especialmente as cooperativas, promovam a igualdade de gênero, acesso a recursos e capacitação técnica para as agricultoras. Também é necessário investir em infraestrutura, pesquisa agrícola e assistência técnica de qualidade, além de fomentar a criação de mercados locais e a valorização dos produtos regionais juntamente com suas histórias de vida.

Em resumo, a pesquisa sobre agricultoras familiares no Sul de Minas ressalta a grande importância dessas mulheres para a sustentabilidade de seus negócios, preservação cultural e desenvolvimento rural. É essencial reconhecer os desafios que elas enfrentam, promovendo ações concretas para fortalecer sua posição e contribuir para a construção de uma agricultura mais sustentável e equitativa na região. O apoio a essas agricultoras não é apenas uma questão de justiça social, mas também uma estratégia inteligente para garantir a existência e prosperidade das comunidades rurais no Sul de Minas, de maneira a promover o desenvolvimento regional.

Para futuras pesquisas, recomenda-se a adoção de uma agenda de investigação no âmbito do mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, que explore mais profundamente e em mais territórios as realidades das agricultoras familiares, alcançando os objetivos traçados.

Por fim, gostaria de afirmar que ao longo de anos de vivência no mundo das cooperativas e mais recentemente por meio da realização da presente pesquisa, pude constatar que para as agricultoras familiares, cultivar a terra vai além de uma simples ocupação; é o propósito que dá significado às suas vidas e sustenta as gerações futuras.

REFERÊNCIAS

- ABRAMOVAY, R. et al. (Coords.) **Juventude e agricultura familiar**: desafios dos novos padrões sucessórios. Brasília: Unesco, 1998.
- ABRANTES, J. **Associativismo e cooperativismo**. Editora Inter ciência, 2004.
- ALCARÁ, A. R. et al. O compartilhamento da informação na agricultura familiar: percepções dos agricultores da comunidade de Anhumas - SC. **Revista Eletrônica em Gestão, Educação e Tecnologia Ambiental**, Santa Maria, v. 3, n. 3, p. 59-69, 2009.
- ALTMANN, R. (Coord.). **Perspectivas para a agricultura familiar**: horizonte 2010. Florianópolis: Instituto Cepa/SC, 2002.
- ALVES, E. A. et al. Gênero e trabalho na agricultura familiar. **Revista Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 15, n. 3, p. 597-615, 2017.
- AZEVEDO, P. F. Tecnologias, inovação e agricultura familiar: notas sobre uma agenda de pesquisa. **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 16, n. 2, p. 395-410, 2001.
- BATALHA, M. O. (Coord.). **GEPAI**: Grupo de Estudos e Pesquisas Agroindustriais. Gestão agroindustrial. São Paulo: Atlas, 2001.
- BIALOSKORSKI, N. S. Cooperatives and economic theory: A systematic review. **Journal of Cooperatives**, Manhattan, v. 15, n. 2, p. 25-36, 2000.
- BINOTTO, E. **Produção integrada de citros**: uma proposta para a agricultura familiar. Brasília: Embrapa, 2005.
- BOEHLJE, G. Marketing and agribusiness management: marketing and food policy, In: DOWNS, D. H.; WOLFE, K. M. (Eds.). **Marketing and agribusiness management**. St. Joseph: ASAE, 1999. p. 15-32.
- BONÚS, H. Cooperative organizations and their economic role. **Journal of Economic Literature**, Washington, v. 24, n. 2, p. 397-438, 1986.
- BORNSTEIN, V. J.; LOBIANCO, R. H. Informática e agronegócio: um enfoque na agricultura familiar. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 30, n. 3, p. 43-50, 2001.
- BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Brasília: Planalto Nacional, 1988.
- BRASIL. **Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006**. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/%5C_ato2004-2006/2006/lei/111326.htm. Acesso em 06 de agosto de 2022.
- BRASIL. **Lei n. 12.651, de 25 de maio de 2012**. Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nos 6.938, de 31 de agosto de 1981, 9.393, de 19 de dezembro de 1996, e 11.428, de 22 de dezembro de 2006; revoga as Leis nos 4.771, de 15 de setembro de 1965, e 7.754, de

14 de abril de 1989, e a Medida Provisória no 2.166-67, de 24 de agosto de 2001; e dá outras providências. 2012. Brasília: Diário Oficial da União, Ano CXLIX, n. 102, 28 maio 2012. Seção 1, p.1.

BRESSAN, V. G. F.; BRAGA, M. J.; LIMA, J. E. Avaliação de estratégias financeiras das cooperativas de cafeicultores do estado de Minas Gerais. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 40, p. 769-788, 2002.

BROWN, J. G. **Agroindustrial investment and operations**. Washington, D.C.: Economic Development Institute - EDI, 1995.

BRUMER, A. Agricultura familiar e gênero: a luta pelo reconhecimento do trabalho das mulheres. In: **Anais...** Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 2., 2006, Porto Alegre. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2006.

BUAINAIN, A. M.; SOUZA FILHO, H. M. Agricultura familiar: um novo enfoque. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 12, n. 3, p. 70-80, 1998.

CALLADO, A. A. C. (Org.). **Agronegócio**. 1. ed. São Paulo: Atlas, 2006.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Desenvolvimento local: da teoria à prática e vice-versa. In: CASTRO, A. C. et al. (Orgs.). **Desenvolvimento rural sustentável**. Rio de Janeiro: FASE, 1999. p. 98-112.

CARVALHO, M. L. M.; RIBEIRO, S. L. S. **História Oral na Educação**: memórias e identidades. São Paulo: Centro Paula Souza, 2013.

CASTRO, A. C.; AQUINO, J. M. Desenvolvimento e agricultura: estudo de caso. In: CASTRO, A. C. et al. (Orgs.). **Desenvolvimento rural sustentável**. Rio de Janeiro: FASE, 1999. p. 52-64.

CEPEA - Centro de Estudos Avançados em Economia Aplicada. **Café**. 2022. Disponível em: <https://www.cepea.esalq.usp.br/br/indicador/cafe.aspx>. Acesso em: 05 de agosto de 2023.

CHAYANOV, A. **A teoria das cooperativas camponesas**. Revisão e tradução de Regina Vargas. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2017.

CHRISTOFFOLI, P. I. Elementos introdutórios para uma história do cooperativismo e associativismo rurais no Brasil. **Questão agrária, Cooperação e Agroecologia**, v. 1, p. 169-188, 2019.

CONAB - Companhia Nacional de Abastecimento. **Agricultura familiar**. 2017. Disponível em: <https://www.conab.gov.br/agricultura-familia>. Acesso em: 01 de julho de 2022.

DEIFELT, M. D. S. Mulher rural e educação. In: **Anais...** I Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, v. 1, Portugal, 1996, s. p.

DUARTE, R. O trabalho das mulheres no meio rural: o caso da agricultura familiar em Agudo (RS). **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, v. 31, n. 2, p. 221-239, 2010.

ELLIS, F. **Rural livelihoods and diversity in developing countries**. Oxford: Oxford University Press, 1998.

EMATER - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais. **Indicadores**. 2021. Disponível em: <https://www.emater.mg.gov.br/indicadores.html>. Acesso em: 05 de agosto de 2022.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. São Paulo: Best Bolso, 1984.

EVANGELISTA, M. B.; RIBEIRO, S. L. S. Da terra ao corpo: lutas e conquistas de gênero. **METAXY: Revista Brasileira de Cultura e Políticas em Direitos Humanos**, v. 1, p. 1-18, 2017.

FEDERICI, S. **O Calibã e a Bruxa: Mulheres, Corpo e Acumulação Primitiva**. São Paulo: Elefante Editora, 2004.

FISCHER, A. A. et al. As limitações na aplicação de modelos de decisão na agricultura. **Revista de Administração**, São Paulo, v. 35, n. 2, p. 87-93, 2000.

FREITAS, A. F. et al. Fortalecendo laços sociais e financeiros: o sistema ecosol de crédito solidário em Minas Gerais. In: **Anais... Iº Seminário Nacional de Sociologia Econômica**, Florianópolis, 2009. p. 1-4.

FREITAS, S. M. A.; BACHA, C. J. C. Evolução da Agricultura e Desenvolvimento Regional no Brasil, Novas Perspectivas. **Revista de Economia Contemporânea**, v. 8, n. 2, p. 173-194, 2004.

FREITAS, S. M. A.; BACHA, C. J. C.; FASSATI, P. V. Dinâmica regional e desenvolvimento: uma análise de ciclo de vida para o Brasil. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 45, n. 4, p. 945-987, 2007.

FREITAS, L. F.; CAMPOS, M. A. F.; VASCONCELOS, V. L. Políticas públicas e agricultura familiar: uma análise da trajetória do PRONAF. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, Brasília, v. 2, n. 1, p. 43-62, 2012.

FLORES, A. W.; RIES, L. R.; ANTUNES, L. M. **Gestão rural**. Porto Alegre: editora dos autores, 2006.

GAMA, A. O poder do feminino: a construção das identidades femininas e o papel das mulheres rurais. **Revista Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 22, n. 2, p. 429-453, 2014.

GASQUES, J. G. et al. **Desempenho e crescimento do agronegócio no Brasil**. Brasília: IPEA, 2004.

GASQUES, J. G.; CONCEIÇÃO, J. B. Integração regional, modernização agrícola e segurança alimentar. **Revista Brasileira de Economia**, Rio de Janeiro, v. 55, n. 3, p. 313-326, 2001.

GASTAL, M. L. et al. **Proposta metodológica de transferência de tecnologia para promover o desenvolvimento**. Planaltina: Embrapa-CPAC, 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J.; SCHNEIDER, S. **Pluriatividade agrícola e desenvolvimento rural**. Brasília: IICA, 2002.

GRISA, C.; SCHNEIDER, S. (Orgs.). **Políticas públicas de desenvolvimento rural no Brasil**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2015.

GUANZIROLI, C. E. Fronteiras de responsabilidade do Pronaf: Lógica de intervenção, avaliações e sugestões de política. **Revista de Economia e Agronegócio**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 1, p. 123-146, 2019.

GUANZIROLI, C. et al. **Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI**. Rio de Janeiro: Garamond, 2001.

HANSMANN, H. The economics of cooperative enterprise. **Harvard Law Review**, v. 76, n. 4, p. 730-779, 1988.

HEREDIA, B. Mulheres na agricultura familiar. In: CINTRÃO, R.; HEREDIA, B. (Orgs.). **Agricultura familiar em debate**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2006.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Dados**. 2017. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 03 de agosto de 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA - IBGE. **Dados** 2019. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/>. Acesso em: 04 de agosto de 2022.

KAGEYAMA, A. A. Transformações recentes no mundo rural: novos modelos e velhos dilemas. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 17, n. 47, p. 173-189, 2003.

LACKY, P. **Buscando soluções para a crise do agro**: no guichê do banco ou no banco da escola? Santiago do Chile: FAO, 1998.

LEVI, Y; DAVIS, P. Cooperatives as the enfants terribles of economics: Some implications for the social economy. **Journal of Behavioral and Experimental Economics**, v. 37, n. 6, p. 2178-2188, 2008.

LIMA, D. M. de A.; WILKINSON, J. **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq/Paralelo, 2002.

LOMBARDI, M. Das identidades às diferenças: o movimento feminino no campo brasileiro. In: **Anais... XXVII CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA**, 2006, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte: Universidade Federal de Minas Gerais, 2006.

LOUREIRO, M. R. **Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

LOURENZANI, W. L. **Modelo Dinâmico para Gestão Integrada da Agricultura Familiar**. 2005. 78 f. Tese (Doutorado em Engenharia de Produção) – Universidade Federal de São Carlos - São Paulo, 2005.

MARCONI, M. A; LAKATOS, E. M. **Fundamentos da Metodologia Científica**. São Paulo: Editora Atlas, 2003.

MARX, K.; ENGELS, F. **A Ideologia Alemã**. São Paulo: Editora Hucitec, 1989.

MEDEIROS, J. X. et al. O desenvolvimento científico-tecnológico e a agricultura familiar. In: LIMA, D. M. A.; WILKINSON, J. (Orgs.). **Inovação nas tradições da agricultura familiar**. Brasília: CNPq / Paralelo 15, 2002. p. 23 - 38.

NANTES, J. F. D.; SCARPELLI, M. Gestão da Produção Rural no Agronegócio. In: BATALHA, M. O. (Coord.). **Gestão Agroindustrial**. 2 ed. v. 1. São Paulo: Atlas, 2001. p. 556-584.

NASCIMENTO, W. S. et al. Estratégias de reprodução e reprodução ampliada em unidades de produção familiares. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 40, n. 2, p. 351-369, 2002.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **Somos cooperativismo**. 2021. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/ocb>. Acesso em: 04 de julho de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS BRASILEIRAS - OCB. **Somos cooperativismo**. 2022. Disponível em: <https://www.somoscooperativismo.coop.br/ocb>. Acesso em 06 de julho de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - OCEMG. **Cooperativas**. 2021. Disponível em: <https://sistemaocemg.coop.br/cooperativas/?tab=2>. Acesso em: 05 de agosto de 2022.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - OCEMG. **Cooperativas**. 2023. Disponível em: <https://sistemaocemg.coop.br/cooperativas/?tab=2>. Acesso em: 25 de agosto de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS - ONU. **Agenda 2030**. 2015. Disponível em: <https://gtagenda2030.org.br/agenda-pos-2015/>. Acesso em: 03 de dezembro de 2022.

OSAKABE, M. Gênero e trabalho rural em agricultura familiar. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 13, n. 1, p. 89-109, 2005.

PANZUTTI, R. Especificidades da empresa cooperativa agrícola: estratégia de financiamento. **Agricultura em São Paulo**, São Paulo, v. 44, n. 1, p. 75-118, 1997.

PINHO, D. B. **A doutrina cooperativa nos regimes capitalista e socialista**. 2. ed. São Paulo: Pioneira, 1966.

PRESNO, N. B. As cooperativas e os desafios da competitividade. **Estudos Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, v. 17, p. 119-144, 2001.

RAMUNDO STADUTO, J.; ALVES NASCIMENTO, C.; SOUZA, M. Ocupações e renda das mulheres e homens no campo do estado do Paraná, Brasil: uma perspectiva de gênero. **Cuadernos de Desarrollo Rural**, v. 10, n. 72, p. 91-115, 2013.

RECH, D. **Cooperativas**: alternativa de organização popular. Rio de Janeiro: FASE, 2000.

REZENDE, D. A. et al. Tecnologia de informação aplicada a sistemas agropecuários: revisão e perspectivas. **Informática na Agricultura**, Brasília, v. 1, n. 1, p. 28-40, 1999.

RIBEIRO, S. L. S. Narrativas e entrevistas em pesquisas qualitativas: história oral como possibilidade teórico-metodológica. **Revista Ciências Humanas**, v. 14, n. 1, e25, 2021.

ROSA, A. Divisão sexual do trabalho e estratégias de reprodução camponesa: o caso da agricultura familiar. In: BANCO DO NORDESTE (Org.). **Agricultura familiar no Nordeste: desafios e perspectivas**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2002. p. 141-166.

SCHNEIDER, S.; MATTEI, L.; CAZELLA, A. A. Empréstimos agrícolas: um estudo sobre o Pronaf em Santa Catarina. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 42, n. 1, p. 123-144, 2004.

SERVIÇO BRASILEIRO DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - SEBRAE. **Portal SEBRAE**. 2022. Disponível em: <https://sebrae.com.br/sites/PortalSebrae>. Acesso em: 29 de julho de 2022.

SEXTON, R.; ISKOW, J. Economics of Cooperative Organization and Management. **American Journal of Agricultural Economics**, v. 70, n. 5, p. 1111-1117, 1988.

SHADBOLT, N. M.; RAWLINGS, K.M. An exploration of the use of the balanced scorecard approach to achieve better farm business planning and control. **Agribusiness Perspectives Papers**, n. 32, p. 1-7, 2000.

SILVA, R. M. A.; NUNES, E. M. Agricultura familiar e cooperativismo no Brasil: uma caracterização a partir do Censo Agropecuário de 2017. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, Brasília, v. 61, n. 2, e252661, 2022.

SILVA, E. S. et al. Panorama do cooperativismo brasileiro: história, cenários e tendências. **Revista uniRcoop**, v. 1, n. 2, p. 75-102, 2003.

SILVA, M. R.; ALMEIDA, J. F. A evolução da política agrícola no Brasil entre 1930 e 1970. **Revista de História Agrícola**, v. 29, n. 2, p. 45-60, 2023.

SOUZA, G. S. **Estratégias de reprodução e desenvolvimento de agricultores familiares do sudeste paraense**: um estudo de caso. 2004. 102 f. Tese (Doutorado em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

TURATO, E. R. Método clínico-qualitativo: definições diferenciais e fundamentações. TURATO, E. R. (Org.). **Psicologia da saúde: estudos clínico-qualitativos**. Taubaté, SP: Cabral Editora e Livraria Universitária, 2003. p. 72-83.

TURRIONI, J. B.; MELLO, C. H. P. **Metodologia de pesquisa em engenharia de produção: estratégias, métodos e técnicas para condução de pesquisas quantitativas e qualitativas**. 2012. 89 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Itajubá, Itajubá, 2012.

WANDERLEY, M. N. B.; TEDESCO, J. C. **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passos Fundo: EDIUPF, 1999.

ZENARO, M.; SCHIOCHET, V.; GELINSKI JUNIOR, E. Cooperativismo como alternativa de fortalecimento da agricultura familiar: a cooperativa de pequenos agricultores de Videira e Iomerê. **Unoesc & Ciência**, Joaçaba, v. 8, n. 1, p. 33-40, 2017.

APÊNDICE A

Roteiro de Entrevista

Objetivo Geral:

O objetivo principal é identificar as motivações e entraves em aderir ao sistema cooperativista por parte das agricultoras familiares no Sul de Minas?

Objetivos Específicos	Fundamentação	Questionamentos
Compreender os motivos e entraves enfrentados por essas agricultoras familiares a filiar-se a uma cooperativa;	Quem é a entrevistada? A mão de obra da própria família, renda familiar vinculada ao próprio estabelecimento e gerenciamento do estabelecimento ou empreendimento pela própria família. Nota-se que essa definição da lei se assemelha ao conceito já citado de Altmann et al. (2002). O destaque desta pesquisa é a agricultura familiar e como principal protagonista a mulher e condução de seus modelos de negócios, sendo que desde os primórdios eles são condições que permanecem até os dias atuais com o coletivo, permitindo resultados recíprocos (Sabourin, 2011).	Perfil da entrevistada: Idade, formação, município, escolaridade, tempo de cooperada, número de filhos, estado civil, PRONAF, número de Hectares, status de propriedade da terra. Entender os processos que estas agricultoras familiares passaram para filiar ao cooperativismo e suas limitações.
Relatar os serviços prestados no sistema cooperativista em relação às cooperativas da amostra para essas agricultoras familiares;	O cooperativismo é um movimento global atuante em 150 países buscando novas oportunidades a seus cooperados e apoiando o desenvolvimento de suas comunidades, segundo levantamento da Organização das Cooperativas do Brasil (OCB, 2022). Do ponto de vista sociológico podemos dizer que a “cooperação é uma forma de integração social e pode ser entendida como ação conjugada em que pessoas se unem de modo formal ou informal, para alcançar o mesmo objetivo” (Pinho, 1966, p. 08).	Os serviços oferecidos e como as agricultoras têm acesso, dentre eles comercialização e assistência técnica.
Avaliar o acesso a recursos financeiros e as políticas públicas voltados às	Com o tempo a agricultura familiar passou a fazer parte da agenda de políticas públicas de desenvolvimento rural, tendo como um dos marcos de entrada no cenário político o Programa Nacional de Fortalecimento Agricultura Familiar (Pronaf), instituído em meados dos anos	Quais os tipos de recursos financeiros adquiridos para a gestão de sua unidade produtora. O acesso a políticas públicas como Pronaf Mulher

agricultoras familiares;	1990, a partir de um longo processo de mobilização social estabelecido por diversos movimentos sociais ligados ao meio rural (Freitas et al., 2012).	
Entender como a escolha da cooperativa influencia na vida dessas agricultoras familiares e no seu contexto familiar;	Segundo Callado (2006), o agronegócio é um conjunto de atividades que envolve diversos processos como das operações de produção, comercialização e distribuição das matérias-primas, insumos, produtos e serviços agropecuários.	Qual a influência da cooperativa parceira na sustentabilidade dos seus negócios familiares?

APÊNDICE B

Agricultora 01

Entrevistadora: Não se preocupe não. Eu sou a Bia, eu estou fazendo um projeto no UNIS, estou fazendo mestrado. E aqui são perguntas bem rápidas, simples, não vai ser usado em nenhum momento, se eu usar, tá? Para nada. A única coisa que eu vou precisar depois é uma assinatura sua, onde fala do meu projeto, meu nome, tudo certinho, a escola. Aqui fala um pouco do meu projeto, tudo certinho. É a confidencialidade que você não me pagou e nem eu estou te pagando, que você está fazendo isso para poder me ajudar aqui na pesquisa. E aqui, ó, é o livre consentimento que as informações que você me deu eu posso utilizar. Mas eu posso utilizar só para essa pesquisa.

Tá bom? Aí depois que eu terminar a pesquisa eu assino e você assina.

Entrevistadora: Quantos anos você tem?

Entrevistada: 36.

Entrevistadora: Qual é sua data de aniversário?

Entrevistada: 25/03/1988.

Entrevistadora: Você é casada?

Entrevistada: Eu sou casada.

Entrevistadora: Tem filhos?

Entrevistada: Tenho uma menina.

Entrevistadora: Quantos anos?

Entrevistada: 14.

Entrevistadora: Até quando você estudou?

Entrevistada: Eu tirei até a oitava série.

Entrevistadora: Oitava série. Você reside aqui na zona rural?

Entrevistada: Isso.

Entrevistadora: Se hoje o status aqui da terra é proprietário, e arrendatário, é o que?

Entrevistada: Aqui não é proprietário, é arrendatário, é a renda de casa.

Entrevistadora: Vocês têm... você tem algum Pronaf?

Entrevistada: Tem.

Entrevistadora: Só o Pronaf normal, não o Pronaf mulher, né?

Entrevistada: Só normal.

Entrevistadora: Qual é o tamanho da propriedade de vocês em hectares? Mais ou menos, não precisa ser exato.

Entrevistada: O nosso acho que é um.

Entrevistadora: Um hectare. Quanto tempo você é cooperada?

Entrevistada: Faz tempo, faz uns 11 anos.

Entrevistadora: Assim que o nós plantamos o Rodrigo já foi ser de cooperado lá.

Entrevistadora: E você? Você tem um cartão do produtor?

Entrevistada: Tem.

Entrevistadora: E tem quantos anos que você é cooperada?

Entrevistada: Ela está mais no meu nome, é 11 anos.

Entrevistadora: Aham, tá. Você recebe assistência técnica, visita do agrônomo?

Entrevistadora: Faz análise de solo?

Entrevistada: Faz.

Entrevistadora: Esses serviços da cooperativa que fornece para vocês?

Entrevistada: Isso.

Entrevistadora: O que você acha uma vantagem de ser cooperada?

Entrevistada: Acho mais segurança, né?

Entrevistadora: Segurança. Facilidade, você acha, para comercializar, é uma desvantagem.

Entrevistada: A desvantagem eu não sei te falar.

Entrevistadora: Hoje você não vê uma desvantagem de estar na cooperativa esse período.

Entrevistada: O que levou você aí para a cooperativa?

Entrevistada: Ah, meu marido quis entrar lá, todo mundo que já era cooperado, né?

Entrevistadora: Falava bem. Primeiro foi o marido, depois você. Hoje é você que comercializa seu próprio café, quando você quer vender, servir, autorizar?

E hoje você toca a roça com o seu marido, o trabalho de vocês, a venda de café e o Pronaf, o recurso financeiro que vocês têm vendido.

Entrevistada: Isso.

Agricultora 02

Entrevistadora: Que bom! E foi muito bom para você né?

Entrevistada: Foi muito bom, porque eu ficava assim, olhando os outros, até a pontuação eu não sabia o que significava, porque até a quarta série foi uma coisa muito passada por cima, né? E antigamente não era um estudo, era um estudo mais de saber ler e escrever, né? Não tinha aproveitamento.

Entrevistadora: Não se preocupe, eu também apoio bastante. Mas, fala de igual para a igual, né? Porque a gente fica sempre achando que a gente não tá sabendo. É. A hora que você fala de igual para a igual, a hora que você quiser fazer um curso superior, já tá prontinha, só você começar.

Entrevistada: É. Uma noção um pouquinho, porque não tem nada.

Entrevistadora: Quantos filhos que você tem?

Entrevistada: Tenho três. Três meus e agora tem um que eu tenho a guarda dele.

Entrevistadora: Tá. E são todos meninos ou...

Entrevistada: É uma menina e dois meninos. E esse da guarda.

Entrevistadora: Isso. Esse da guarda é um menino?

Entrevistada: É um menino.

Entrevistadora: Eu também tive uma adotiva.

Entrevistada: Isso aí eu... É o denginho. Não é nada, mas é filho. Eu denginho, eu te entendo. Ele sai um pouquinho e já acha uma falta nele, que nossa senhora... Eu sei. Que foi... ai ai ai. O problema é esse, né? Que ele... Dá pena demais, né?

Entrevistadora: Você tem acesso, a algum Pronaf? Pronaf mulher? Você já foi algumas vezes ao banco?

Entrevistada: Eu tenho Pronaf no Banco do Brasil. Mas não é a mulher, é o Pronaf normal.

Entrevistadora: Aqui você está como proprietária junto com seu esposo?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: O tamanho da propriedade em hectares pode ser mais ou menos em hectares?

Entrevistada: 24 hectares, mais ou menos.

Entrevistadora: Esse é o tamanho total?

Entrevistada: Total, porque tem um pedacinho aqui, um pedacinho ali, eu fiz aqui, pelas escrituras.

Entrevistadora: Aham. E quanto tempo você é cooperada?

Entrevistada: Isso aí eu não marquei.

Entrevistadora: Mas tem assim, mais aproximadamente, quanto tempo você cooperou?

Entrevistada: Nossa! o meu marido passou com o pai dele o pai dele fez uma cooperada chamou o seu filho para ajudar a pagar para entrar de cooperado e aí os filhos compravam no fundeiro chegou numa época que eu falei para minha esposa já começou a ficar mais velho, tudo né agora já dá para nós entrar de cooperado e deixar a turma de tudo para lá ele entrou aí passava uns tempos começou naquela relia para lá para cá eu falei eu quero entrar em cooperativa também que negócio é esse? Aí foi apertando a cooperativa.

Entrevistadora: Sei eu sei como que é.

Entrevistada: A cooperativa cozinha eu em banho em maria deixava porque os homens lá ficam reclamando., as mulheres entram aqui, mas as mulheres são tudo só os que são cooperados tá tão bom assim os homens cooperados, as mulheres andam atrás só de companhia

lavam as roupas e ficam por lá aí você foi? deixei barato, fui perguntando porque o que falta? aí eu fui arranjando os documentos aí eles me deram a fila de documento enorme se você não vai dar conta mesmo pode dar pra ela.

Entrevistadora: Imagina! E eu fico tocando! Essa é uma parte que assusta muito, né? Assusta muito. A primeira coisa é fazer que muitos anos sem ter identidade.

Entrevistada: Aí a minha mãe começou a cutucar, né? Que é ele que dirigia. Aí a minha mãe começou a cutucar. Você precisa aprender a dirigir. É... Você faz muita falta, solta o Ninho em casa, faz falta o... para nós. Caso aconteça qualquer coisa, você precisa dirigir. Aí entrei na autoescola. Aí para me tirar os documentos em Varginha, eu que cheguei em Varginha, naquela rodoviária enorme, eu falei assim, nossa senhora, eu vou morrer. Que ele tinha que dar um ataque cardíaco no meu lá. Que eu não fui com ele, eu fui com a kombi.

Gerente: sempre essa kombi está na tua vida? você já reparou?

Entrevistada: essa kombi eu vou falar é um caso se pensava eu acho que o senhor podia dar uma kombi para ela essa kombi foi um divisor de águas aí em muitos momentos aí eu fiz os documentos e comecei a fazer as aulas de autoescola. Aí é assim que eu fiz o exame, a primeira vez que eu passei no psicotécnico, eu quis fazer o exame de vista, aí passei. Foi muita dificuldade, naquela época não exigia muito distância, né, e deu uma coisa, passei. Aí eu fiquei grávida desse caçula, desse Paulo Roberto. Aí eu fiz o primeiro exame de... Vamos falar sinal né descrita eu fiz o meu primeiro sinal descrita num passeio era quatorze pontos que era pra te tirar aí eu tirei treze raspo foi meu Deus do céu aí veio a gravidez eu fui tonta agora que eu tenho um tinha um nos três nas três gravidez enjoou assim do segundo mês até o quarto mês dois meses de muito muito enrolo fui estudando, aí passei no... aí a moça falou assim, não agora vai entrar outros que agora não vai ser 14 mas vai ser 21 pra tirar, mas vai ter, vai entrar aula de mecânica, meio ambiente, mas aí na segunda, vou aumentar a prova aí eu passei com os 22, uma vez eu reprovei no 13, passei com 22. Que isso foi? Aí vai na parte de dirigir. Aí eu também, mas não entrei em bomba. Coisa de bia. Passei na coada. Coisa de Bia, acho que é aquela ansiedade, um pouco de ansiedade. E aí você começa o histórico cooperativo.

Entrevistadora: Aí você batalhou, foi lá e falou agora eu também sou cooperada.

Entrevistada: E ao ver que eles te receberam lá como cooperado ficou esquisito? Aí ficou... Aí você compra no nome de quem agora? Para lá e para cá, é uma linda daquela. É, isso vale a pena. Aí vai que aqui esses terem mora aqui, é herança...

Agricultora 03

Entrevistadora: Bom, então este daqui, é o termo de consentimento. Hoje eu estou fazendo parte dessa pesquisa, né, que eu estou no mestrado do UNIS, meu nome é Bia, né, Beatriz, e é sobre

as cooperativas em relação com as agricultoras familiares, mas eu quero entender um pouco da história, de como que a Sória começou, tudo. Aqui na natureza da pesquisa ele vai falar a definição sobre o projeto, tudo certinho, aqui ele vai falar que são confidenciais então não posso passar os dados para outra pessoa aqui fala sobre que eu não recebi nem a senhora recebeu para fazer essa pesquisa tudo certinho que vai ser tudo resguardado e aqui na última página ele fala que tudo que eu perguntei que foi verídico que a senhora que me deu a repor a entrevista e eu assino e senhora assina depois vou por só a Dinha aqui pra você saber que é um dois.

Entrevistadora: Qual que é a idade da senhora?

Entrevistada: Eu posso falar 55 porque eu estou quase fazendo.

Entrevistadora: Que dia que é o aniversário?

Entrevistada: É dia 12 de setembro. Vai, está pertinho?

Entrevistadora: Vai ter um churrasco aqui para nós?

Entrevistada: Sei não viu?

Entrevistadora: Mas é bom?

Entrevistada: É bom.

Entrevistadora: O estado civil hoje da senhora casada?

Entrevistada: Viúva.

Entrevistadora: A senhora reside aqui na roça?

Entrevistada: Aqui.

Entrevistadora: A senhora estudou?

Entrevistada: Estudei até a oitava.

Entrevistadora: A senhora tem quantos filhos?

Entrevistada: Eu tenho três, mais um é falecido.

Entrevistadora: Três são homem?

Entrevistada: Um casal, a Tatiana e o Thiago.

Entrevistadora: E o que faleceu é um menino?

Tá, caçula uma mulher e dois homens.

Entrevistadora: Senhora tem acesso a Pronaf? Algum tipo de Pronaf? Tenho. O Pronaf mulher, senhora tem? Ou é o Pronaf normal aqui?

Entrevistada: Normal, normal.

Entrevistadora: A mulher nunca ofereceu para senhora no banco?

Entrevistada: Não, nunca ofereceu.

Entrevistadora: Hoje senhora é proprietária da terra da senhora?

Entrevistada: Sou.

Entrevistadora: É herança que senhora teve?

Entrevistada: Não, é compra.

Entrevistadora: Compra mesmo, né? Qual que é o tamanho aqui, Dinha?

Entrevistada: No tamanho que nós fomos comprando acho que é uns três arqueira e meio. E quantos hectares, Patrícia? Eu não entendo.

Eu também mexo com 7,2 hectares.

Entrevistadora: 7,2. Quanto tempo que a senhora é cooperada?

Entrevistada: Nossa, faz bem tempo. Mais ou menos, mais de 10 anos?

Gerente: 8,5 hectares.

Na verdade, acho que você entrou depois, né, Dinha? Era o Seryl.

Entrevistadora: Ah, é?

Gerente: Mas você entrou acho que uns dois anos, o Seryl morreu, ou três anos?

Entrevistada: Vai fazer quatro anos. Aí ele já era, fazia uns dez mesmo, não lembro.

Entrevistadora: Que o ele já era cooperado fazia bastante tempo a senhora perdeu o marido e a senhora teve que assumir tudo.

Entrevistada: porque tem um rapaz que me ajuda, meu filho, mas muita coisa eu tenho que ajudar ele, né?

Mas antes era só o marido, a senhora dava de mão, mas ele que era a pessoa que fazia tudo.

Entrevistada: Tudo. Ele fazia, tadinho, e depois apareceu com tumor na cabeça.

Entrevistadora: Por quê? Porque esses anos atrás não tinha nada, né?

Entrevistada: Não tinha uma proteção, aqueles venenos muito brabos.

Aí eu trabalhava na nossa lavoura e ali para o Mauro Brito, um fazendeiro ali. Aí um tadinho foi aí, trabalhando, trabalhando, trabalhando. Aí um dia seguinte ele apareceu com tumor na cabeça. Aí fumo, levei no médico, infelizmente não tem jeito.

Entrevistadora: Antes disso ele não apresentava nada? Era sacudido, trabalhador?

Entrevistada: Não, tinha uma dor de cabeça uma vez no mês e já fazia seis anos que eu estava casada. Aí eu entendia e pensava assim, olha, se tivesse gente, né, os preparos, ele não tinha, porque somente eu que me xingava com as venenadas.

Entrevistadora: Você acha que foi proveniente dele?

Entrevistada: Foi, o médico falou que é.

Entrevistadora: O médico falou?

Entrevistada: Falou. Que ele expôs muitos anos. Muitos anos, e por causa dos venenos, e sem EPI, sem nada. Porque não tinha proteção. E era muito bravo que eles... Era muito... Antigamente, né?

Entrevistadora: Não tão antigamente, uns anos atrás, não era tão divulgado, né? As pessoas usarem proteção... Mas tem luva, né? Tem a máscara, tem o processo. Você não fica o dia inteiro. Antigamente você pegava cedo, você ia até de tarde com aquilo. Até de tarde, com aquele cheiro mais forte do mundo. É, prejudicava até a senhora, que... E então, é... E sem saber, né?

Entrevistadora: Sem saber. Tinha as roupas lavadas tudo junto, né? Eu tive uma filha adotiva, ela veio para mim com oito anos de idade. Ela tinha sempre uma dor de cabeça, e nessas dores de cabeça ela vomitava, ela tinha, a gente pelejava. Fala, é vista, é uma sinusite, é uma coisa. Aí ela fez vinte e poucos, vinte e sete, vinte e seis engravidou, depois engravidou com vinte e nove. E sempre com essa dor, ainda as gravidezes desmaiavam. Na última gravidez dela, há três anos, ela sentiu uma dor muito forte e desmaiou. Era um cisto, tipo um arrozinho que tinha na cabeça, né? E esse cisto dela cresceu e ela teve um AVC, né? E hemorrágico e uma parada cardíaca. Ela faleceu faz três anos. Me deixou dois netinhos.

Eu estou falando isso para o senhor porque às vezes a gente pensa que a gente podia estar com a pessoa aqui, mas Deus sabe todas as coisas, não é?

Agricultora 04

Entrevistadora: E aqui é o termo da pesquisa. Esse é o título, cooperativas e sua relação com agriculturas familiares e seus modelos de negócio, uma análise dos municípios Sul Mineiros. Aqui fala a definição, o meu projeto, fala um pouco do projeto. Aqui fala da confidencialidade sobre os dados, tudo certinho, o que eu vou buscar com a minha pesquisa. Aqui fala também que eu não paguei a senhora para fazer a pesquisa e nem a senhora me pagou. A garantia da confidencialidade que não vai ser usada. Aí aqui vem todo o protocolo que o pessoal me aprovou, que é o pessoal da faculdade. E aqui fala que foi de livre consentimento. A única coisa que eu vou precisar depois da entrevista é uma assinatura da senhora e uma assinatura minha aqui como entrevistadora. Esse papel fica na faculdade e esse daqui que é a entrevista. Então eu vou colocar aqui, só o nome para me lembrar. Qual que é a idade da senhora?

Entrevistada: 63 anos.

Entrevistadora: Qual que é a data de nascimento?

Entrevistada: 01/10/1960.

Entrevistadora: Senhora é casada?

Entrevistada: Eu fui casada, divorciada agora nem sei o que estava fazendo.

Entrevistadora: Ficou viúva. Qual que a senhora quer?

Ficou viúva, né?

Entrevistada: Divorciada,

Entrevistadora: Mas não ficou viúva, né?

Agora ficou viúva o marido, ele morreu, né?

Entrevistada: É o único marido que eu tive, o namorado e o marido foi o único.

Entrevistadora: Mas ficou muito tempo longe, separado, né?

Entrevistada: Fiquei separada, depois ele morreu.

Eu fiquei separada há quase 20 anos e acho que faz 6 anos que morreu.

Entrevistadora: Ele foi, ficou separado e voltou?

Entrevistada: Não, depois que eu separei dele voltou não, mas ele morreu.

Entrevistadora: Então você foi divorciada.

Entrevistada: Eu fui divorciada, não fui cuidar dele no fim da vida.

Entrevistadora: Na verdade não, porque o estado civil é aquele do registro mesmo, não é divorciada mesmo.

Entrevistada: Eu penso que sim, ficou esquisito.

Entrevistadora: E a senhora sempre morou aqui na zona rural?

Entrevistada: Sempre morei.

Entrevistadora: A senhora estudou até que série?

Entrevistada: Quarta série, da época.

Entrevistadora: Certo.

Entrevistada: Agora mudou até.

Entrevistadora: É, agora é o quinto ano.

Entrevistada: É, o quinto ano.

Entrevistadora: Quantos filhos a senhora tem?

Entrevistada: Cinco.

Entrevistadora: Quantos são mulheres?

Entrevistada: Duas.

Entrevistadora: A senhora possui crédito de programa do governo, como Pronaf? Algum acesso a crédito? Viu o cartão do produtor da senhora?

Entrevistada: Pronaf sim.

Entrevistadora: A senhora tem acesso ao Pronaf mulher?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: A senhora já ouviu falar?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Tem um Pronaf específico para mulheres. Eu vou mandar depois para a Quintera, ela vai compartilhar com vocês porque ele tem algumas diferenças de juros, de apoio. Tem um Pronaf voltado só para linha de mulheres. Hoje, Sra. é proprietária aqui?

Entrevistada: Sou.

Entrevistadora: Qual que é o tamanho da propriedade, mais ou menos, em hectare?

Entrevistada: Na verdade, você viu que eu pensei, né? Porque aqui nós estamos com um inventário. Mas vai ser meu ainda, só que não está registrado o meu nome.

Entrevistadora: Não tem problema.

Entrevistada: Aí eu tenho... O que eu faço aqui? Não sei se é aqui assim, o que que está?

Entrevistadora: Mais ou menos uns cinco hectares.

Entrevistada: Isso.

Quanto tempo a senhora é cooperada? Mais de 10 anos?

Entrevistada: Isso.

Entrevistada: Nossa, desde que cá debaixo. É, não, muito tempo então. Mais de dez.

Entrevistadora: Mais de dez anos.

Entrevistadora: Hoje, a senhora tem acesso lá na cooperativa à assistência técnica, à compra de adubos, a todos os serviços que a cooperativa pode prestar. A Senhora tem acesso?

Entrevistada: Tenho.

Entrevistadora: Compra, venda. Qual que a senhora acha de vantagem de estar numa cooperativa do mercado? O que que a senhora acha de vantagem de estar dentro de uma cooperativa, de ser gestora da conta da senhora? O que que o senhor acha de vantagem?

Entrevistada: Eu vou te falar a verdade, a gente tem vantagem, tem desvantagem, não sei lá né?

Entrevistadora: Mas o que é uma vantagem? Por exemplo, a senhora comercializar o café da senhora, a senhora ter acesso à adubo, produtos, a senhora ter acesso ao laudo de qualidade?

Entrevistada: Eu acho que só a gente estar num lugar só, a gente já tem uma vantagem né? Fica mais fácil para a gente.

Entrevistadora: A facilidade.

Entrevistada: Porque antes de eu trabalhar, quando eu comecei, eu mexia com a Emater. Aí, nossa, aí eu fiquei, sabe, meio parada naquilo.

Entrevistadora: Entendi.

Entrevistada: Aí depois que eu entrei de sócio na cooperativa, aí teve mais vontade. Agora eu penso que a gente ainda tem desvantagem, poderia melhorar mais.

Entrevistadora: Qual seria uma desvantagem que a senhora viu hoje, no momento? Independente de se é a cooperativa A ou B, mas a senhora olhando para a cooperativa, o que seria hoje uma desvantagem? O que a senhora acha que seria importante?

Entrevistada: O que eu vejo que eu precisava mais... Isso, olhando para a senhora. Eu precisava de mais ajuda na lavoura.

Entrevistadora: Mais assistência.

Entrevistada: Porque eu vou te falar a verdade, eu estou ruim de assistência, eu vou te falar a verdade. Eu já reclamei, e eu estou para chegar nele de novo. E outra coisa também que eu vejo aí, é sobre a qualidade, ali no setor de venda. Ali eu acho que precisa dar mais um pouco de atenção para a gente e valorizar mais o produto da gente.

Entrevistadora: Mas essa atenção que a senhora coloca é uma atenção...

Agricultora 05

Entrevistadora: Então, eu estou fazendo essa pesquisa, né? Inicialmente eu venho, coletado esses dados, depois a gente faz uma tabulação, eu já entrevistei algumas produtoras, já entrevistei 11, eu preciso de 20. E aqui é onde eu falo, e explicou, que eu estudo tudo certinho e que a senhora vai me autorizar a fazer a entrevista e que não tem como eu divulgar esses dados que não é permitido. Não tem despesa, é gratuito. E a garantia do protocolo é que eu tenho que assinar e a única coisa que eu vou precisar no final é uma assinatura da senhora permitindo que eu colete os dados.

Então, o primeiro momento é a idade da senhora.

Entrevistada: 60 anos.

Entrevistadora: Qual que é a data de nascimento?

Entrevistada: 12/06/1963.

Entrevistadora: casada, né.

Entrevistadora: A senhora reside aqui no sítio. Até quando a senhora estudou?

Entrevistada: Segundo grau completo.

Entrevistadora: Quantos filhos a senhora tem?

Entrevistada: Dois, um menino e uma menina.

Entrevistadora: A senhora tem acesso ao Pronaf, alguma coisa o nome da senhora?

Entrevistada: Não

Entrevistadora: Aqui a senhora é proprietária. Qual o tamanho?

Entrevistada: 14 hectares.

Entrevistadora: Quanto tempo sua recuperada na Cocatrel?

Entrevistada: Sim, porque eu sou junto com o Roberto. Eu tenho meu cartão.

Entrevistadora: Isso, desde quando?

Entrevistada: Faz uns dez anos. Precisa ser exato não, né?

Entrevistadora: É, 10 anos é aproximado. É lá na Cocatrel, a senhora chega e coloca só no nome do Roberto ou no nome da senhora também?

Entrevistada: Não, só no nome dele.

Entrevistadora: Só no nome dele?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: A senhora já aposentou?

Entrevistada: Já.

Entrevistadora: Ah, tá. E antes disso, só colocava no nome da senhora? Ou não, aposentou em conjunto com ele? Pelo Incra, né?

Entrevistada: É, eu aposentei pelo Incra, mas o Roberto colocou um pedaço de terra no meu nome.

Entrevistadora: E aí nesse pedaço dessa, colocava café lá?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Só colocava junto mesmo?

Entrevistada: Só colocava junto.

Entrevistadora: O que que a senhora vê de vantagem em ser associada numa cooperativa? Aqui para a família da senhora uma vantagem, para vendas, para compras.

Você ter facilidade, se você quiser comprar para pagar o ano que vem.

Entrevistadora: Facilidade em troca, né?

Entrevistada: Isso.

Entrevistadora: E uma desvantagem de produtos. Tem alguma?

Entrevista: É que seria uma desvantagem que você tem que aceitar o preço.

Entrevistadora: Do mercado.

Entrevistada: O que você pôs lá, não tem como te retirar, isso é uma desvantagem, porque se tiver outro preço em algum lugar, não pode retirar.

Entrevistadora: Não pode retirar o produto.

E a Cocatrel foi a que deu a porta aberta para a senhora filiar lá, né? Você só participa de algum grupo de mulheres lá?

Entrevistada: Não

Entrevistadora: Geralmente quando vende café o Roberto vai lá e vende tudo o dinheiro vem para cá e vocês reúne.

Entrevistada: trabalha em conjunto trabalho em conjunto

Entrevistadora: Além da venda de café, a senhora tem mais alguma outra renda? Entrevistada: Aposentadoria.

É, agora aposentadoria, né? Mas assim, outra renda nenhuma. Só aposentadoria e o café mesmo, né?

Entrevistada: É.

Agricultora 06

Entrevistadora: Então, Dona Eliana, eu estou fazendo o mestrado na faculdade, né?

E aí o meu trabalho é sobre cooperativas e a sua relação com as agricultoras familiares, seus modelos de negócio. Eu venho pelo UNIS, né, o mestrado, e aí eu vou fazer algumas perguntas para a senhora. No questionário não vai nome, não vai nada. É tudo sigiloso.

Qual a idade da senhora, dona Eliana?

Entrevistada: 49 anos

Entrevistadora: A senhora estudou até quando?

Entrevistada: Até o quarto.

Entrevistadora: Quarto ano Primário, né? A senhora nasceu em qual município? Aqui mesmo?

Entrevistada: Aqui na Boa Vista mesmo em Ilicínea.

Entrevistadora: Quanto tempo a senhora tem de cooperara?

Entrevistada: Desde 2016.

Entrevistadora: A senhora é casada, três filhos, dois homens, e uma menina. A senhora é dona da terra, a propriedade de senhora hoje tem quantos hectares?

Entrevistada: três hectares.

Entrevistadora: Senhora tem Pronaf, Dona Eliane?

Entrevistada: Não, no meu nome não.

Entrevistadora: Não, né?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Nunca acessou Pronaf mulher, né Dona Eliane?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Uhum. A senhora é cooperada com a Coopasv e com a Cocatrel, né?

Entrevistada: Não, com a Cooxupé?

Entrevistadora: Só com a Cooxupé e com a gente.

Entrevistada: Isso.

Entrevistadora: Qual que a senhora vê a vantagem de ser associada a uma cooperativa?

O que que a senhora acha que muda Dona Eliane?

Entrevistada: A gente aprende muitas coisas, participa de muitos eventos, troca informação.

Entrevistadora: Troca informação. E desvantagem que a senhora vê dentro da cooperativa, por exemplo. A senhora como mulher, a senhora vê dentro da cooperativa.

Entrevistada: Uma desvantagem que a gente não tem é o... Aquele negócio lá que... Saúde, como é que fala?

Entrevistadora: Plano de saúde.

Entrevistadora: Quais os tipos de recursos financeiros que a senhora precisa aqui na gestão da propriedade? O fluxo caixa para a senhora pagar as despesas, como adubo, o que mais, mão de obra...

Entrevistadora: Mas é a senhora que toca durante a safra, é família, né?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: A senhora nunca trabalhou em outro lugar, né? De carteira assinada?

Entrevista: Não. Já trabalhei, na carteira assinada não.

Entrevistadora: A senhora comercializa lá direto, no nome da senhora mesmo, né?

Entrevistada: Uhum.

Entrevistadora: Na Cooxupé também, direto?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: O que que a senhora vê de vantagem em trabalhar com a cooperativa estes anos no seu negócio? O que que a senhora sente mais acolhida lá, em relação com a cooperativa que maior?

Entrevistada: É uma das coisas da cooperativa maior, a gente pode comprar as coisas, assim, paga por ano, né? O preço do café também é bem melhor, e agora na cooperativa menor a gente tem muita assistência para a gente e é bem atendido, horas que a gente mais precisa, e é muito bom.

Entrevistadora: O que a senhora diria para essas mulheres que, às vezes, têm pedacinhos de terra, mas têm medo de uma cooperativa?

Entrevistada: Ah, mudou tudo. A gente deveria dar muito conselho para ela, porque, calma, sim, eu já sei bem tempo que eu estou lá, né?

E que a cooperativa é muito boa, prestativa, né?

Entrevistada: Tem que associar, né, Dona Eliane?

Entrevista: Tem.

Entrevistada: Independentemente da cooperativa, tem que se associar para poder ver se troca essas informações, se melhora.

Entrevistadora: Só isso?

Entrevistada: Aí, e?

Entrevistadora: A senhora quer falar mais alguma coisa?

Entrevistada: Não, é igual, mas estava comentando no grupo essa semana das mulheres. A gente tem que ter força e um tipo de diálogo, ter mais reunião com o sindicato para a gente, assim, ficar mais atento nas informações, igual o preço da safra, das medidas. Tem muita gente que, igual as meninas posturas essa semana, tem muita safrista que gosta de ganhar muito, mas aí vamos por, se eu pagar bem, aquela outra lá não pode pagar bem.

Aí tinha que ter um ter, umas reuniões, entendeu?

Um acordo pelo menos que ficasse justo. Isso, é que nós estávamos precisando aqui na sociedade, é isso, nós estávamos conversando sobre o grupo essa semana, porque nós não temos muito apoio do sindicato, entendeu?

A senhora mesmo vê, igual tem uma menina lá, ela é daqui do virador, aí ela foi participar de um curso, acho que é um curso, ou teve uma coisa.

Agricultora 07

Entrevistadora: Então uma entrevista para o mestrado, eu estou fazendo o mestrado onde minha base de estudo é agricultura familiar com mulheres. Então vou te fazer umas perguntas, é bem rápido e depois da entrevista a única coisa que eu vou pedir é a assinatura do termo de consentimento, mas não vai aparecer nem o nome da cooperativa e nem seu nome. Vai ser assim, tantas mulheres entrevistadas.

Qual que é sua data de nascimento?

Entrevistada: 65 anos. Casada.

Entrevistadora: Sempre residiu aqui na zona rural?

Entrevistada: Sempre.

Entrevistadora: nível de escolaridade?

Entrevistada: Só até a quarta série.

Entrevistadora: Número de filhos?

Entrevistada: Dois. Um homem e uma mulher.

Entrevistadora: Possui algum crédito de acesso com Pronaf, coisas de voltado para mulher?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Por quê? Nunca precisou, nunca teve?

Entrevistada: É porque o meu marido que mexe, né? Aí eu nunca precisei.

Entrevistadora: Vocês têm compartilhamento, né? Cuida da roça compartilhada, né?

Entrevistadora: Hoje então você é proprietária.

Entrevistada: Só que eu tenho meu cartão.

Entrevistadora: Como comodato ou como proprietária? Como proprietária.

Entrevistada: Proprietária.

Entrevistadora: Qual que é o tamanho da área que o senhor tem? Em hectares?

Entrevistada: Que está no... No CAR. No CAR, em 4 hectares?

Entrevistadora: Uhum. Quanto tempo a senhora tem de cooperativa? Como que funciona os produtos e serviços de cooperativa que a senhora faz parte? Por exemplo, lá a parte é de assistência técnica, né? Comercialização, o que mais?

Entrevistada: É só isso.

Entrevistadora: E tem grupo de mulheres? Tem um grupo. A senhora participa?

Entrevistada: Ai, eu não participo por causa do devido tempo, porque eu tenho pouco tempo.

Entrevistadora: Uhum.

Entrevistada: Mas eu não participo não, por causa do horário de reunião.

Entrevistadora: Qual é a vantagem que a senhora acha de ser parte de uma cooperativa? O que a senhora notou que tem diferença?

Entrevistada: Tem, me ajuda muito. Porque eu faço mais café orgânico.

Entrevistadora: Uhum. E tem muitas vantagens.

Entrevistada: Muitos benefícios. Produzir orgânico é difícil... né?

Entrevistadora: É difícil... E o marido apoiou?

Entrevistada: Apoiou. E uma desvantagem que você acha que a cooperativa podia fazer para o grupo de mulheres lá? Por exemplo, eu sei que não vende adubo, não tem loja. Isso seria importante, alguma coisa nesse sentido?

Entrevistada: Uai, eu acho que seria, porque ajudava, né? Se pudesse ter.

Entrevistadora: E o que que levou a senhora a fazer parte da cooperativa lá cooperativa?

Entrevistada: É por causa desse café orgânico.

Entrevistadora: É importante. E dá trabalho né?

Entrevistada: Dá um pouquinho.

Entrevistadora: e a comercialização, quando coloca lá na cooperativa, no nome da senhora, a senhora que manda vender, a hora...

Entrevistada: É, é tudo eu.

Entrevistadora: E a senhora recebe os laudos das coisas? Reclama? Se provou mais ou menos? Reclama também?

Entrevistada: Reclama. Inclusive o ano passado eu fui lá porque... Deu muita catação e na colheita ele foi mais maduro. O ano que na colheita o verde deu menos. Aí eu fui lá, ele se reprovou, ele melhorou.

Entrevistadora: Então quando a senhora chega lá como cooperada eles atendem a senhora, acolhe, ouve.

Entrevistada: Não, atende. O atendimento é bom. E hoje os recursos financeiros que a senhora tem dentro da propriedade? É o café? Tem mais alguma rede?

Entrevistada: Só o café.

Entrevistadora: Só o café. E se precisar de um dinheiro extra?

Entrevistada: O Pronaf.

Entrevistadora: O Pronaf mulher, a senhora nunca acessou para ver essa questão?

Entrevistadora: Ou sempre o marido e a senhora entram no acordo que o Pronaf dele já dava para tocar?

Entrevistada: É, o Pronaf dele já dá, nunca precisei.

Entrevistadora: Beleza! Agora, Beatriz, tem um termo aqui de consentimento, são essas perguntas, né, que eu faço o estudo.

Aí aqui a pesquisa, né, que é a cooperativa, os modelos de negócio, que é agricultura familiar, tudo certinho.

E aqui fala que eu não vou usar o nome da senhora, não vou usar o nome da cooperativa.

E eu preciso de uma assinatura que a senhora consentiu que eu vinha aqui na casa da senhora fazer a pesquisa.

Entrevistada: Obrigada.

Agricultora 08

Entrevistadora: Então essa entrevista é sigilosa, é só para a utilização de seus dados, para uma pesquisa, onde eu coloco os agricultores familiares hoje em estudo dentro do mestrado do UNIS. Primeiro, queria te perguntar qual é a tua data de nascimento?

Entrevistada: 20/09/1978.

Entrevistadora: Eu sou de 79. Seu estado se viu hoje?

Entrevistada: Casada.

Entrevistadora: O lugar que você reside é aqui mesmo na zona rural?

Entrevistada: É, faz mais meu estilo.

Entrevistadora: O nível de escolaridade seu?

Entrevistada: Eu tenho o médio completo.

Entrevistadora: O médio.

Entrevistadora: Número de filhos?

Entrevistada: Tenho um casal, dois.

Entrevistadora: Dois filhos.

Entrevistada: Um homem e uma mulher

Entrevistadora: Esse tem quantos anos?

Entrevistada: Um tem dez e o outro dezesseis.

Entrevistadora: Então o homem tem dez e a menina dezesseis.

Entrevistada: Isso.

Entrevistadora: Você tem algum crédito do governo, Pronaf, alguma coisa você acessa enquanto mulher?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Não, né?

Entrevistada: Até então, não estou conseguindo.

Entrevistadora: Nem o Pronaf mulher?

Entrevistada: Não. Até, tentei ano passado, o normal estou tentando de novo esse ano, não consegui.

Entrevistadora: O que que está impedindo? Você tem escritura ou contrato de arrendamento.

Entrevistada: Arrendamento.

Entrevistada: Ah, é uma burocracia, pedi uma coisa, depois outra.

Entrevistadora: Mais para parte burocrática, né?

Entrevistada: É, burocrática. Quando você acha que está tudo pronto, pede mais alguma coisa.

Entrevistadora: É. O teu contrato, tamanho da terra, é de quantos hectares?

Entrevistada: Dois hectares.

Entrevistadora: Você não tem informação técnica, nada, né?

Entrevistada: Só um ensino médio mesmo.

Entrevistadora: Quanto tempo você é cooperada na sua cooperativa mais ou menos o tempo?

Entrevistada: Mais ou menos 8 anos.

Entrevistadora: Você já entrou você mesmo, como cooperada ou seu marido?

Entrevistada: Meu marido primeiro, depois eu entrei. Eu entrei para o órgão, depois. Desafio foi grande.

Entrevistadora: E hoje, o que a Cooperativa sua te oferta na parte de serviços? Por exemplo, tem venda de insumos, assistência técnica, tem grupo de mulheres...

Entrevistadora: O que tem hoje na sua cooperativa?

Entrevistada: Assistência técnica.

Entrevistadora: Uhum. Tem grupo de mulheres?

Entrevistada: Tem, mas eu não participo, não.

Entrevistadora: Por quê?

Entrevistada: Porque, sempre pegam uns horários que a gente não pode participar, a gente tem que trabalhar o dia inteiro, né? Então não dá jeito.

Entrevistada: As reuniões são sempre em horários difíceis.

Entrevistadora: você já fez parte da diretoria lá ou tem vontade?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: e o que você vê de vantagem hoje em ser cooperada?

Entrevistada: A gente em ser cooperada, a gente saber que a gente vai produzir, vai ter quem vai poder trabalhar para a gente, vender o produto da gente.

Entrevistadora: Então é um parceiro comercial.

Entrevistada: Parceiro comercial e uma casa, né? Porque lá a gente sente vontade, todo mundo está bem.

Entrevistadora: Você se sente acolhida lá?

Entrevistada: Sinto. Você chega lá e todo mundo gosta, está tudo em casa mesmo.

Entrevistadora: Então quando você vai chegar na sua cooperativa, eu fico arrepiada, gente, porque eu fico muito feliz de saber que você se sente bem dentro da sua cooperativa.

Entrevistada: Todo mundo é. Antigamente, quando eu era na cidade, a gente ia na cidade e quando dava um espacinho, todo mundo corria para a cooperativa, para o banco conversar. Agora ficou difícil, ficou longe. O banco distanciou um pouco da gente.

Entrevistada: E o que você vê de desvantagem? O que você acha que hoje poderia ser uma melhoria dentro da tua cooperativa, mais parceria de insumos, mais, por exemplo, uma dificuldade na comercialização.

Entrevistadora: Como não tem uma loja para comprar insumos, comprar alguma coisa, você acha que seria importante? Ou esse próprio grupo de mulheres fazer horários alternados com comunidade?

Entrevistada: Essa parte aí da compra de insumos, se conseguisse fazer um grupo, comprar um produto mais acessível, conseguir passar para o produtor, a gente sabe que não é fácil, mas que às vezes poderia...

Entrevistadora: Intermediação de insumos. Porque às vezes a cooperativa em si conseguiria um preço melhor para passar o grupo, né?

Entrevistada: Porque tudo unido, tudo é mais fácil, né?

Entrevistadora: É. A união sempre ela faz a diferença. E o que que levou você a se filiar na cooperativa?

Entrevistada: Assim, foi mais pelo comércio.

Entrevistadora: A sua influenciou na escolha de cooperativa?

Entrevistada: Na verdade a cooperativa é tipo família. A gente vai agregando e vai entrando e só vai aumentando.

Entrevistadora: A sua família. Já era, acabou vendo os benefícios.

Entrevistada: Somos em sete produtores. Uma casa, uma família.

Entrevistadora: Que legal! Quantas são mulheres?

Entrevistada: As mulheres são quatro mulheres. Minha mãe, a Denise, a Erica e eu.

Entrevistadora: E seu pai e sua mãe viveram na roça?

Entrevistada: Eles foram criados na roça até hoje, no mesmo lugar, não saiu não.

Entrevistadora: E você como mulher, se sentiu pelo seu pai, privilegiado pelos seus irmãos, ele tratava todo mundo igualitário ali na roça, na hora de dividir a...

Entrevistada: Ah, homem sempre é diferente, esse é fato.

Entrevistadora: Incrível, né? Mesmo dentro da própria casa da gente, né?

Entrevistada: Por a gente ser mulher. Principalmente na área de negócios, as áreas que sabe nada, né?

Entrevistadora: Não? É. Isso é... Eu falo muito isso porque eu me identifico com vocês, porque eu sou da área comercial, você imagina.

Entrevistada: A gente falar com um homem que não é a hora certa dele vender o café ou é a hora certa, até falar com o marido da gente de dividir as coisas, não é fácil não

Entrevistadora: Como é feita a comercialização sua de produção? Você mesmo cuida do seu café, chega na cooperativa, você pega o extrato, você toma essa decisão? A produtora, no caso, você que toma conta disso.

Entrevistada: Eu vou lá vendo. E as pétalas ficam, mas não dá certo, eu tenho que deixar assim.

Entrevistadora: Então nessa parte assim de estar dentro de uma cooperativa e essa cooperativa.

Agricultora 09

Entrevistadora: Então, eu não vou citar seu nome, eu não vou citar nada sobre a cooperativa, mas eu vou te fazer algumas perguntas, é bem rapidinho.

Entrevistadora: A sua idade?

Entrevistada: 38.

Entrevistadora: Você nasceu quando?

Entrevistada: Dia 05/08/1984.

Entrevistadora: Casada?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Você reside aqui?

Entrevistada: Sim, a vida inteira.

Entrevistadora: O seu nível de escolaridade?

Sétimo ano do ensino Fundamental.

Entrevistadora: Número de filhos?

Entrevistada: Quatro.

Entrevistadora: Quantos homens?

Entrevistada: Dois. E duas mulheres

Entrevistadora: Você tem algum acesso a programas do governo como Pronaf, Pronaf mulher?

Entrevistadora: Não, né?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Você é proprietária ou você tem contrato?

Entrevistada: Contrato.

Entrevistadora: Com seu marido?

Entrevistada: Não, meu agora é separado do dele.

Entrevistadora: Qual que é o tamanho do teu contrato?

Entrevistada: Acho que dois hectares, né?

Entrevistadora: Mais ou menos, dois hectares.

Entrevistada: Isso mesmo.

Entrevistadora: Você tem quanto tempo de cooperada?

Entrevistada: De cooperada tem dois anos.

Entrevistadora: Dois anos.

Entrevistada: Não, tem mais, né? Mas sozinha tem dois anos.

Entrevistadora: De cartão, de tudo certinho, né?

Entrevistada: Tem dois anos.

Entrevistadora: Você é cooperada só nos Costas?

Entrevistada: Na cooperativa também, só que na cooperativa é junto com o marido.

Entrevistadora: Tá. Mas... Esse é outro, né?

Entrevistada: É, esse é outro.

Entrevistadora: Você é a outra?

Entrevistada: No caso, ele é a principal e eu sou a outra. Por isso que eu fiz a minha de lá, sozinha, preparada do dele.

Entrevistadora: Como que funciona lá na cooperativa? Você recebe assistência técnica? Tem mais algum serviço que eles fazem para você? Por exemplo, como análise de solo, análise de folha.

Entrevistada: Quando a gente pede, eles fazem. Mas na realidade, nós nem o faz.

Entrevistadora: Você participa do grupo de mulheres?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: Você gosta?

Entrevistada: Adoro.

Entrevistadora: Qual que é a vantagem que você acha de as mulheres fazerem parte de uma cooperativa? É, o que você acha? O que mudou para você? Você toma conta do seu dinheiro? Você que vai lá e fala, eu quero vender, eu não quero vender.

Entrevistada: A auto independência.

Entrevistadora: Ah, ótimo! E o que mais?

Entrevistada: Nesse setor?

Entrevistadora: Uhum.

Entrevistada: Tirando a auto independência que a gente faz, tem assim, completo direito, né?

Hoje em dia já existe a gente ter direito do que é da gente.

Entrevistada: Mas na parte da cooperativa fica mais fácil, porque o que eu quero eu não preciso estar pedindo, sabe?

Falando, vamos fazer isso, não, agora eu mesmo vou lá e faço.

Por exemplo, se eu quiser comprar alguma coisa que seja assim, acima do valor eu posso comprar, porque eu já tenho o respaldo de poder ter de onde sair.

Entrevistadora: Então é tudo mais fácil. O teu café não é orgânico?

Entrevistada: Não é orgânico. Convencional.

Entrevistadora: E uma desvantagem que você queria que mudasse da cooperativa, por exemplo, o que você acha que a cooperativa podia fazer para vocês, enquanto grupo, enquanto mulheres, ter uma abertura maior? Você vê alguma coisa que pode ser feita?

Entrevistada: Aumentar os cursos de profissionalização, por exemplo, porque tem muitos, mas a maioria ainda é mais, gira mais em torno dos homens.

Entrevistadora: Entendi.

Entrevistada: Parece que só eles têm, não é que eles têm, é porque hoje em dia, nós aqui, somos muitas mulheres que trabalham no café, que tem o seu pedaço de café.

Só que são muito poucas as que têm... Cartão.

Entrevistadora: Entendo. Então quando vai fazer um curso, por exemplo, lá tradicionalmente é mais para os homens, você queria mais em gestão, como manuseio.

Entrevistada: Esses também têm, mas eles têm mais facilidade para os homens do que para as mulheres.

Entrevistadora: E o que que levou você a ser cooperada? A ser independente, igual você falou, o que que te levou?

Você ficou muito tempo construindo com o seu marido e chegou o momento que você falou não, agora eu vou ter meu espaço. O que que te levou? Além da independência, teve algum outro fator?

Entrevistada: Teve.

Entrevistadora: O quê?

Entrevistada: Além da independência, teve que a nossa cabeça é diferente.

Eu penso assim lá na frente, ele já pensa mais no agora para mim, eu penso assim vamos eu quero isso então vamos fazer não hoje não dá para fazer então vamos trabalhar para fazê-lo na frente porque pra nós que assim pequenininho tem que ser tipo assim a longo prazo não pode ser nem curto e médio prazo tem que será longo prazo então eu acho que as mulheres têm uma facilidade de pensar nisso entendeu de projetar o futuro. E o ano que vem nós colhemos mais 30 e já dá para comprar alguma coisa maior. Para fazer o meu contrato.

Entrevistadora: Você acha que o teu marido era um pouco mais receoso? Para não falar medroso? De fazer conta?

Entrevistada: Não, ele... o dele é o momento.

Por exemplo, vamos comprar um carro. Aí se ele quer comprar o carro, ele vai lá e compra o carro. Vamos projetar para nós guardar ali, para poder... Vamos comprar outra coisa necessária primeiro, então um pouco da...

Entrevistadora: Prioridade. Você como mulher, entendi o que era mais importante. Ele não. Ele era mais emoção.

Entrevistada: Emoção, vontade.

Entrevistada: E ele sempre foi rural também.

Entrevistada: Sempre foi. Mas ele é mais vaidoso, né?

Entrevistada: Ele gosta mais de luxo. Eu gosto também. Acho que luxo, todo mundo sempre gosta.

Agricultora 10

Entrevistadora: Então é uma pesquisa do mestrado que eu estou fazendo. Não vai os dados da senhora, nome, não identifica nada. Só identifica a idade. Quantos anos a senhora tem?

Entrevistada: 58 anos.

Entrevistadora: Data de nascimento?

Entrevistada: 24/11/1963.

Entrevistadora: Casada?

Entrevistada: Casada.

Entrevistadora: A senhora reside na zona rural?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: Está aqui que ano a senhora estudou?

Entrevistada: Oitavo ano.

Entrevistadora: Quantos filhos que a senhora tem?

Entrevista: Cinco.

Entrevistadora: Quantos são mulheres e quantos são homens?

Entrevistada: Três mulheres e dois homens.

Entrevistadora: Dois homens. A senhora tem acesso a algum programa do governo, como Pronaf, Pronaf mulher, alguma coisa?

Entrevistada: Uai, estamos tirando um lá...

Entrevistadora: No Banco Brasil?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: No Sicredi.

Entrevistadora: Não, no Sicredi de Aganil.

Entrevistadora: Tá.

Entrevistadora: A senhora é proprietária ou tem contrato?

Entrevistada: Contrato.

Entrevistadora: Qual que é o tamanho?

Entrevistada: 2 hectares.

Entrevistadora: 2 hectares.

Quanto tempo que a senhora é cooperada?

Entrevistada: Mais ou menos há uns 19 anos.

Entrevistadora: 19 anos. Na cooperativa, né?

Entrevistadora: Lá na cooperativa a senhora recebe lá troca de produtos, assistência técnica, esse tipo de serviço?

Que eles fazem? Vai agrônomo da cooperativa visitar a senhora, alguma coisa?

Entrevistada: Antes ia, né? Agora meu neto mesmo vai.

Entrevistadora: O neto da senhora? Ele é agrônomo?

Entrevistada: Não, ele é técnico agrícola.

Entrevistadora: Técnico agrícola. Troca de insumo, compra de adubo, de equipamento, a senhora faz pela cooperativa?

Não, só mesmo para banho nas lavouras.

Entrevistadora: Qual que é a vantagem que a senhora acha de fazer parte de uma cooperativa, no caso da senhora?

Entrevistada: Eu acho que é na hora que a gente precisa aposentar, né?

Entrevistadora: Que no caso só vai aposentar como agricultora. E uma desvantagem, o que que a Senhora acha que a cooperativa podia melhorar?

No sentido das mulheres lá, ter mais acesso ou alguma coisa nesse sentido? O que que a Senhora acha que podia dar uma melhorada lá? A senhora é bem atendida.

Entrevistada: Sou sim.

Entrevistadora: Porque são poucas as mulheres que têm igual assim, que mandam na terra, que vai lá, que vende, que compra, né?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: O que você acha que podia ser uma melhora? Ou a senhora acha que tá bom.

Entrevistada: Para mim tá bom, né?

Entrevistadora: Uhum. E o que que levou a senhora escolher ir para a cooperativa?

Mais no sentido da aposentadoria mesmo ou teve um outro motivo?

Entrevistada: Não, é para a gente mesmo poder vender o café, né?

Entrevistadora: Para comercializar, né?

A senhora sempre trabalhou na roça?

Sempre que trabalhei.

Entrevistadora: Desde pequena?

Entrevistada Não. Eu fiquei uns anos estudando, depois larguei e me casei, construiu a vida na roça.

Entrevistadora: Hoje a senhora que comercializa, que deixa o café lá, por exemplo, se a senhora precisa de provar o café de novo, aí a senhora reclama.

Entrevistada: É.

Entrevistadora: E tem sido boas vendas?

Entrevistada: Mais ou menos, né?

Construiu a vida na roça A senhora acompanha o mercado? A senhora tem acesso ao mercado? A senhora acompanha?

Entrevistada: Não.

Construiu a vida na roça E hoje então, a senhora toca nas lavouras da senhora com o recurso do Pronaf

e o recurso da senhora mesmo da aposentadoria acaba contribuindo, né?

Entrevistada: É.

Entrevistadora: Você pretende comprar um pedaço de terra para a senhora?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Continuar tocando assim?

Entrevistada: É, porque já tem, né?

Meu marido já tem né.

Entrevistadora: Aí o do marido da senhora é da senhora também, mais esse que a senhora rendou.

Entrevistada: Esse é do meu pai, né?

Entrevistadora: E aí a senhora... Já fez café de qualidade lá?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Deve retorno só de bebida dura?

Entrevistada? É, só de bebida dura.

Entrevistadora: O grupo de mulheres só não faz parte.

Entrevistada: Não.

Agricultora 11

Entrevistadora: Qual que é o seu nome?

Entrevistada: Lenice.

Entrevistadora: Qual que é a data de nascimento?

Entrevistada: É 29/12/1967.

Entrevistadora: Casada?

Entrevistadora: Sempre residiu aqui na zona rural?

Entrevistada: Sempre.

Entrevistadora: Estudou até que série?

Entrevistadora: Quantos filhos você tem?

Entrevistada: Dois.

Entrevistadora: Uma menina e um menino?

Entrevistada: Não, dois meninos.

Entrevistadora: Você tem acesso a Pronaf, crédito em banco no seu nome?

Entrevistada: Não.

Entrevistadora: Você está como proprietária ou está em contrato da roça?

No cartão do produtor agora é proprietária.

Entrevistada: Proprietária.

Entrevistadora: Qual que é o tamanho da sua roça?

Entrevistada: Ai, eu não vou saber te falar.

Entrevistadora: Certinho. Uns três hectares de terra?

Entrevistada: Não, não é isso tudo não. A minha irmã sabe. Depois eu pergunto a ela e eu te falo. Certinho, eu não sei te falar.

Entrevistadora: Quanto tempo você é cooperada? É na CAPEB, né?

Entrevistada: Eu sou cooperada há... tem uns 13 anos.

Entrevistadora: Como que funciona lá na cooperativa? Você é cooperada, você tem acesso a compra de adubos, compra de insumos, maquininha, peça, tudo lá?

Entrevistada: Ah não, eu não compro quase nada lá, só algum insumo mesmo.

Entrevistadora: Você tem acesso à assistência técnica de lá? Vem algum agrônomo da cooperativa ver a tua produção?

Entrevistada: Vem!

Entrevistadora: Quais as vantagens que você acha de ser cooperada nessa cooperativa? Comércio, acesso, o que você acha importante?

Entrevistada: Comércio.

Entrevistadora: Essas trocas que você falou de adubo, essas coisas você compra lá também.

Entrevistada: Não compro, eu compro mais em outro lugar sabe? Mais de revenda mesmo.

Entrevistadora: É, revenda. E uma desvantagem que você acha? Quando você vai ver, lá visitar, tem alguma desvantagem? O tratamento? Você acha que lá, por você ser mulher e ser cooperada, você acha que eles tratam diferente um pouco?

Entrevistada: Ah, eu não acho não.

Entrevistadora: Você acha bom?

Entrevistada: Não, eu estou bem tratada lá.

Entrevistadora: Que bom.

Entrevistada: Muito educada.

Entrevistadora: Te trata como dona?

Entrevistadora: E o que que levou você a fazer parte dessa cooperativa? Ter o teu cartão, as coisas, tomar a frente do teu negócio?

Entrevistada: Ah, e eu para te falar a verdade o que me levou foi meu pai, porque quando meu pai passou esse contrato, e eu pensei no meu futuro, né?

Eu falei, sim, meu pai passou um contrato para mim, pois chegar a minha idade de aposentar, não iria aposentar, foi isso que levou, ele me passou contrato.

Entrevistadora: Que bom! incentivar você a cuidar do teu futuro, né?

Entrevistada: Sim.

Entrevistadora: E como que é feita a comercialização? Tudo é você, põe o café lá, você vê os laudos, você vê tudo certinho, você que manda vender.

Entrevistada: É. Tudo eu.

Entrevistada: Reclama também se estiver dando ruim ou alguma coisa, reclama, faz mais a catação?

Entrevistada: Reclama, não precisa reclamar graças a Deus eu não precisei, só um mudo é isso, acredite?

Catação do café um ano deu mais, ele foi café que não bebeu da outra vez, dessa vez bebeu só com oito de catação.

Entrevistadora: Oito de cata? Oh, beleza. Você toca mais alguma coisa? A roça tem só café ou você tem outra renda? Por exemplo, mel, verdura, milho, alguma coisa?

Entrevistada: Não, só café.

E aqui é um termo onde eu explico pela faculdade, que é o UNIS, que é a faculdade que eu faço, onde a gente fala para a pessoa que os dados não vão ser utilizados, que a natureza da pesquisa é para o desenvolvimento desse trabalho que eu estou fazendo, é de pesquisa, tem meu orientador, tudo certinho, e aqui fala que a gente vai manter os questionários sob sigilo.

Nós vamos usar só, por exemplo, quantas mulheres foram entrevistadas, X, quantos anos que elas têm, de tanto a tanto, tudo certinho, a confidencialidade e o benefício, que é um estudo que a gente vai publicar, que vai servir para outras pessoas pesquisarem nesse sentido.

Se vocês estão de acordo, é só uma assinatura sua aqui, ó, que é um termo de consentimento que eu posso usar essa pesquisa que eu fiz.

Você quiser dar uma olhadinha, viu? Mas isso não pode ser divulgado.

Obrigada.

ANEXO A

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Título da Pesquisa: Cooperativas e sua relação com as Agricultoras Familiares e seus modelos de negócios: uma análise em municípios sul mineiros

Nome da Pesquisadora Responsável: Beatriz de Souza Pereira

E-mail da Pesquisadora Responsável: beatriz.pereira@alunos.unis.edu.br

Instituição de Vínculo da Pesquisa: Unis

Contato com a Instituição: etica@unis.edu.br ou (35) 3219-5084 (Helena)

Definição: O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado interdisciplinar e independente, com função pública, que deve existir nas instituições que realizam pesquisas envolvendo seres humanos no Brasil, criado para defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões éticos (Normas e Diretrizes Regulamentadoras da Pesquisa Envolvendo Seres Humanos – Res. CNS 466/2012).

1. **Natureza da pesquisa:** o(a) sr. (sra.) está sendo convidado (a) a participar desta pesquisa que tem como finalidade ajudar no desenvolvimento do projeto intitulado **Cooperativas e sua relação com as Agricultoras Familiares e seus modelos de negócios: uma análise em municípios sul mineiros** do Curso de Mestrado em Gestão e Desenvolvimento Regional, do Centro Universitário do Sul de Minas - UNIS/MG, o qual ao final terá o levantamento dos dados de forma estatística.
2. Esta pesquisa está sob coordenação do Prof. Pedro dos Santos Portugal Júnior.
3. Sua participação consistirá em conceder uma entrevista à pesquisadora responsável de maneira presencial. A pesquisadora fará um contato inicial e o agendamento da entrevista conforme a disponibilidade do entrevistado.
4. **Participantes da pesquisa:** serão entrevistados até 20 (vinte) indivíduos, sendo agricultoras Familiares pertencentes a cooperativas de grande porte e de pequeno porte, sendo membros de cooperativas da região do Sul de Minas.
5. **Envolvimento na pesquisa:** ao participar deste estudo o sr. (sra.) permitirá que a pesquisadora obtenha dados que serão utilizados para averiguar os motivos que levam a agricultora familiar escolher uma cooperativa e como isso influencia nos modelos de gestão nas unidades produtoras. O sr. (sra.) tem

liberdade de se recusar a participar e, ainda, se recusar a continuar participando em qualquer fase da pesquisa, sem qualquer prejuízo para o sr. (sra.). Sempre que quiser poderá pedir mais informações sobre a pesquisa através do e-mail da pesquisadora do projeto ou da própria instituição, identificados no início desta página. Em qualquer situação, sua identidade será integralmente preservada.

6. **Sobre as entrevistas:** a entrevista será verbal, com gravação em equipamento apropriado e marcada com antecipação pela pesquisadora. Não haverá necessidade de registro fotográfico da propriedade.
7. **Sobre os questionários:** Será utilizado um roteiro de entrevista com 15 perguntas e que será conduzido pela pesquisadora.
8. **Riscos e desconforto:** a participação nesta pesquisa não traz complicações legais. Os procedimentos adotados nesta pesquisa obedecem aos Critérios da Ética em Pesquisa com Seres Humanos conforme Resolução n.º 466/12 do Conselho Nacional de Saúde. Nenhum dos procedimentos usados oferece riscos à sua integridade física, mental, psíquica, moral e dignidade
9. **Confidencialidade:** todas as informações coletadas neste estudo são estritamente confidenciais. Somente os pesquisadores terão conhecimento dos dados e se comprometem a manter a informações sob sigilo.
10. **Benefícios:** ao participar desta pesquisa o sr. (sra.) não terá nenhum benefício direto. Entretanto, espera-se que este estudo traga informações importantes sobre os modelos de negócios na gestão aplicados pelas agricultoras familiares em suas unidades produtoras, bem como de que maneira a escolha da cooperativa influencia a aplicação destes modelos de negócios. O conhecimento aqui produzido contribuirá para promover novas formas das cooperativas trabalharem com as agricultoras familiares além de permitir melhor entendimento sobre o tema desta pesquisa, onde a pesquisadora se compromete a divulgar os resultados obtidos, garantindo seu acesso aos mesmos.
11. **Ressarcimento de Despesas:** o sr. (sra.) não terá nenhum tipo de despesa para participar desta pesquisa. Caso haja alguma despesa relacionada à sua participação nessa pesquisa V.Sa. será ressarcida das despesas que porventura possam surgir. Fica definido aqui que ressarcimento se trata única e exclusivamente de compensação material, exclusivamente de despesas do participante e seus acompanhantes, quando necessário, tais como transporte e alimentação.
12. **Pagamento:** De acordo com a legislação vigente, sua participação neste projeto de pesquisa será de livre e espontânea vontade, e nada lhe será pago pela sua participação.
13. **Garantia de Busca de Indenização:** este documento não lhe garante nenhuma indenização, mas garante a V. Sa. o direito à busca de indenização caso se sinta de alguma forma prejudicada durante o transcorrer da pesquisa ou após sua finalização e divulgação dos resultados.

14. **Protocolo Aprovado:** por fim, informa-se a V.Sa. que esta pesquisa foi previamente analisada e aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da FEPESMIG, tendo sido aprovado e registrada com o número CAAE

_____.

Após estes esclarecimentos, caso o sr.(a) se sinta plenamente esclarecido, solicitamos o seu livre consentimento para participar desta pesquisa. Portanto preencha, por favor, os itens que se seguem.

Obs: Não assine esse termo se ainda tiver dúvida a respeito.

Consentimento Livre e Esclarecido

Tendo em vista os itens acima apresentados, eu, de forma livre e esclarecida, manifesto meu consentimento em participar da pesquisa. Autorizo a realização da pesquisa e a divulgação dos dados obtidos neste estudo.

Nome e Assinatura do Participante da Pesquisa

Nome e Assinatura do Pesquisador Responsável

Nome e Assinatura do Pesquisador Associado

ANEXO B

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA DO SUL DE MINAS-
FEPESMIG



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: Cooperativas e agricultoras familiares: um estudo sobre as relações vividas no sul de Minas Gerais.

Pesquisador: BEATRIZ DE SOUZA PEREIRA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 68644723.8.0000.5111

Instituição Proponente: Centro Universitário do Sul de Minas

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.002.864

Apresentação do Projeto:

Este projeto descreve a participação e a visão de agricultoras familiares no setor cooperativista assumindo seus empreendimentos rurais tanto na produção, condução e gestão financeira. Para isso, faz-se um resgate desde a criação deste modelo cooperativista até os dias atuais, levando em conta a pesquisa apresentada e referenciais teóricos.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo Primário: Levantar as vantagens e desvantagens que influenciam na escolha de uma agricultora familiar em pertencer a uma cooperativa.

Objetivo Secundário:

Avaliar dados sobre modelos de negócios aplicados por cooperativas de diferentes tamanhos em municípios do Sul de Minas em relação a agricultoras familiares cooperadas;

Compreender os motivos que levam a agricultora familiar a escolher uma cooperativa;

Relatar os processos usados na gestão dos recursos financeiros dentro das unidades produtoras pesquisadas tanto em aquisição de produtos como em comercialização;

Entender como a escolha da cooperativa influencia na gestão, na organização e na aplicação dos recursos nestes negócios familiares.

Endereço: Avenida Alzira Barra Gazzola, 650 - Prédio Central da Reitoria - Sala de Reuniões do CEP

Bairro: Bairro Aeroporto

CEP: 37.031-099

UF: MG

Município: VARGINHA

Telefone: (35)3219-5033

E-mail: etica@unis.edu.br


Prof. Dr. Alessandro Messias Moreira
GRUPO EDUCACIONAL UNIS

**FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA DO SUL DE MINAS-
FEPESMIG**



Continuação do Parecer: 6.002.864

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Há o risco de constrangimento por parte da agricultora pesquisada, o que é minimizado com a possibilidade de desistência e abandono da pesquisa a qualquer momento, bem como pela manutenção do seu anonimato durante todo o estudo.

Benefícios:

Contribuir com a pesquisa para melhorar o entendimento desta população pesquisada identificando modelos de sucesso a serem seguidos por outras agricultoras e assim promover a continuidade de seus negócios.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Pesquisa perfeitamente possível de ser realizada e que pode trazer resultados relevantes para a região.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Termo devidamente apresentado e com folha de rosto devidamente assinado.

Recomendações:

Esse relator recomenda a aprovação e execução do projeto.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

Aprovado sem pendências.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2120376.pdf	11/04/2023 11:47:24		Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	Mestrado.pdf	11/04/2023 11:40:35	BEATRIZ DE SOUZA PEREIRA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.docx	11/04/2023 11:31:46	BEATRIZ DE SOUZA PEREIRA	Aceito
Folha de Rosto	Folha.pdf	11/04/2023 11:19:35	BEATRIZ DE SOUZA PEREIRA	Aceito

Endereço: Avenida Alzira Barra Gazzola, 650 - Prédio Central da Reitoria - Sala de Reuniões do CEP
Bairro: Bairro Aeroporto **CEP:** 37.031-099
UF: MG **Município:** VARGINHA
Telefone: (35)3219-5033 **E-mail:** etica@unis.edu.br


 Prof. Dr. Alessandro Messias Moreira
 GRUPO EDUCACIONAL UNIS

FUNDAÇÃO DE ENSINO E
PESQUISA DO SUL DE MINAS-
FEPESMIG



Continuação do Parecer: 6.002.864

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

VARGINHA, 14 de Abril de 2023


Prof. Dr. Alessandro Messias Moreira

GRUPO EDUCACIONAL UNIS

Assinado por:

Alessandro Messias Moreira
(Coordenador(a))

Endereço: Avenida Alzira Barra Gazzola, 650 - Prédio Central da Reitoria - Sala de Reuniões do CEP

Bairro: Bairro Aeroporto

CEP: 37.031-099

UF: MG

Município: VARGINHA

Telefone: (35)3219-5033

E-mail: etica@unis.edu.br